

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
FACULDADE DE LETRAS - FALE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGUÍSTICA
MESTRADO EM LINGUÍSTICA**

REINALDO RAFAEL DE ALBUQUERQUE PEREIRA JUNIOR

**COMPORTAMENTO SINTÁTICO DOS ARGUMENTOS INTERNOS DE VERBOS
BITRANSITIVOS NO INGLÊS E NO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

Maceió – AL

2012

REINALDO RAFAEL DE ALBUQUERQUE PEREIRA JUNIOR

**COMPORTAMENTO SINTÁTICO DOS ARGUMENTOS INTERNOS DE VERBOS
BITRANSITIVOS NO INGLÊS E NO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, da Universidade Federal de Alagoas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Linha de Pesquisa: Descrição e análise linguística.

Orientadora: Profa. Dra. **Maria Denilda Moura.**

Maceió – AL

2012

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária Responsável: Fabiana Camargo dos Santos

P436c Pereira Júnior, Reinaldo Rafael de Albuquerque.
 Comportamento sintático dos argumentos internos de verbos bitransitivos
 no inglês e no português brasileiro / Reinaldo Rafael de Albuquerque Pereira
 Junior. – 2012.
 108f.

Orientadora: Maria Denilda Moura.
Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística : Linguística) –
Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Letras. Programa de Pós-
Graduação em Letras e Linguística. Maceió, 2012.

Bibliografia: f. 106-108.

1. Sentenças bitransitivas. 2. Sintaxe comparativa. 3. Teoria gerativa.
I. Título.

CDU: 801.56



UFAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

FACULDADE DE LETRAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGUÍSTICA



PPGL

TERMO DE APROVAÇÃO

REINALDO DE ALBUQUERQUE PEREIRA JÚNIOR

Título do trabalho: "COMPORTAMENTO SINTÁTICO DOS ARGUMENTOS INTERNOS DE VERBOS BITRANSITIVOS NO INGLÊS E NO PORTUGUÊS BRASILEIRO"

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de MESTRE em LINGUÍSTICA, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora:

Profª. Dra. Maria Denilda Moura (PPGL/UFAL)

Examinadores:

Prof. Dr. José Sérgio Amâncio de Moura (UNEAL)

Profª. Dra. Telma Moreira Vianna Magalhães (PPGL/UFAL)

Maceió, 18 de dezembro de 2012.

Dedico este trabalho à minha mãe, esposa e filhos.

AGRADECIMENTOS

Meu primeiro sentimento de gratidão é a Deus, por ter me abençoado com a oportunidade de dar mais esse passo na minha caminhada acadêmica, também por ter colocado no meu caminho pessoas que, usadas por Ele, contribuíram de alguma forma para me fortalecer, motivar e acreditar que vale a pena continuar perseguindo um sonho que muitas vezes parece além do alcance.

Agradeço aos meus pais, Reinaldo e Anezia, por não terem poupado esforços, tempo, dinheiro ou paciência com a minha educação e por terem sido os primeiros a acreditarem no meu potencial. Por todo o amor dedicado e pela inspiração de inteligência, por parte de pai, e de pessoa estudiosa, por parte de mãe.

Aos meus filhos, inspirações e motivações viscerais. Ao Reinaldo Netto, pela alegria e pureza de cada dia e ao João Daniel pela alegria e pureza da chegada.

À Angélica, mulher sábia e mãe zelosa, pela família que temos, por todos os momentos de alegria e de tristeza que permaneceu ao meu lado, por nunca desistir dos sonhos que sonhamos juntos, pelo apoio e dedicação, por enxugar lágrimas, por sorrir junto, por todo o companheirismo e amor dedicado, muito obrigado.

Agradeço à profa. Maria Denilda Moura, por estender a mão e me ajudar a caminhar na universidade. Pelo apoio que tem me dado desde o acolhimento no PRELIN, pela oportunidade de fazer parte desse grupo que foi um incentivo e uma motivação, onde aprendi fazer pesquisa, extensão e a gostar da vida acadêmica.

Aos professores do PPGLL/UFAL que proporcionaram verdadeiras reflexões sobre linguística e suas diversas linhas teóricas. À profa. Ilza Ribeiro (UFBA), pela escuta e sugestões de leitura, e à Isis Barros, por compartilhar material bibliográfico.

Meus sentimentos de gratidão são também especiais para o Adeilson Sedrins, pelo incentivo e primeiras orientações na teoria Gerativa e ao Eudes Santos, pela escuta, paciência, otimismo e apoio.

Agradeço à Carmem Rejane, pelo acolhimento familiar e apoio em momentos difíceis que intercorreram durante esta caminhada.

Aos companheiros de turma, em especial Sílvia Regina, Elaine dos Santos, Mary Hellen e Jomson Teixeira.

Aos companheiros de trabalho, pelo apoio e incentivo.

Aos meus alunos, pela inspiração e motivação.

A todos que foram meus professores algum dia.

Aos meus familiares, em especial ao Rafael Belo e Rodolfo Belo, pelo sentimento de pertencimento.

À Fapeal, pelo apoio financeiro a esta pesquisa.

“Melhor é a sabedoria do que a força; todavia a sabedoria do pobre é desprezada, e as suas palavras não são ouvidas. As palavras dos sábios ouvidas em silêncio valem mais do que o clamor de quem governa entre os tolos”.

(Eclesiastes 9 : 16-17)

RESUMO

Essa dissertação levanta questões sobre sentenças cujos verbos selecionam dois argumentos internos no inglês e no português brasileiro (PB). A partir de um estudo sintático comparativo, dentro do método de abordagem hipotético-dedutivo, verificamos questões sobre a ordem dos objetos, visto que tanto no PB como no inglês os complementos do verbo podem aparecer em ordens diferentes, como (1a) *They gave a book to Mary* / (1b) *They gave Mary a book* e (2a) *Eles deram flores a Maria* / (2b) *Eles deram Maria flores*. A problematização para esse tipo de sentença é feita a partir da teoria Gerativa (CHOMSKY 1981; 1995). Considerando que a comparação entre estruturas de diferentes línguas pode proporcionar uma adequação explicativa dos princípios e dos parâmetros que as regem, fazemos uma caracterização das sentenças bitransitivas em português e no inglês, com o intuito de estabelecer se esses tipos de sentenças representam estruturas da mesma natureza nas duas línguas. Finalizamos reunindo argumentos, baseados nas evidências descritas no decorrer do trabalho, no sentido de defender que (2b) é uma possibilidade de realização para certos tipos de sentenças bitransitivas utilizadas em determinadas comunidades falantes do PB, especificamente os falantes do PB da Zona da Mata de Minas Gerais e os da comunidade de afrodescendentes de Helvécia-BA. Assumimos que (2b) apresenta comportamento sintático análogo a (1b) em inglês.

Palavras-chave: Sentenças Bitransitivas. Sintaxe Comparativa. Teoria Gerativa.

ABSTRACT

This study raises questions about sentences whose verbs select two internal arguments both in English and in Brazilian Portuguese (PB). From a comparative study syntax, within the hypothetical-deductive method of approach, we analyze questions about the order of objects, considering that both in PB and in English the complements of the verb may appear in different orders such as (1a) *They Gave a book to Mary* / (1b) *They gave a book and Mary* and (2a) *Eles deram flores a Maria* / (2b) *Eles deram Maria flores*. The discussion for this type of sentence is made from the Generative Theory (Chomsky 1981, 1995). Whereas the comparison between structures of different languages can provide an adequate explanation of the principles and parameters that govern them, we make a characterization of ditransitive sentences in Portuguese and English, in order to establish whether these types of sentences represent structures of the same nature in both languages. We finish collecting arguments, based on the evidence described in this work, in order to defend that (2b) is a possibility for certain types of ditransitive sentences used in certain communities speakers of PB, specifically speakers of PB in the Zona da Mata of Minas Gerais and the Afro-descendant community of Helvetia-BA. We assume that (2b) presents syntactic behavior analogous to (1b) in English.

Keywords: Ditransitive Sentences. Comparative Syntax. Generative Theory.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AP	Sintagma Adjetival
CDP	Construção Dativa de Dupla Complementação
COD	Construção de Objeto Duplo
CP	Sintagma Complementador
C-Seleção	Seleção Categorial
DE	Descrições Estruturais
DP	Sintagma Determinante
Estrutura-D (DS)	Estrutura Profunda
Estrutura-S (SS)	Estrutura Superficial
GP	Gramática Particular
GU	Gramática Universal
IP	Sintagma Flexional
LF	Forma Lógica
MD	Morfologia Distribuída
NP	Sintagma Nominal
OD	Objeto Direto
OI	Objeto Indireto
Papel- θ	Papel Temática
PB	Português Brasileiro
PF	Forma Fonética
PP	Sintagma Preposicional
SD	Structural Descriptions
S-Seleção	Seleção Semântica
V	Núcleo Verbal
VP	Sintagma Verbal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 A TEORIA GERATIVA E A RELAÇÃO ENTRE NÚCLEOS E ARGUMENTOS....	17
1.1. Teoria gerativa: predisposição humana para a aquisição de linguagem.....	17
1.2 O modelo de princípios e parâmetros.....	19
1.2.1 O Papel do Léxico no Modelo.....	26
1.2.2 Teoria Temática.....	29
1.2.3 Teoria do Caso.....	34
1.3 Problematização das sentenças com dois argumentos internos a partir das teorias temática e do caso.....	39
2 CONSTRUÇÕES BITRANSIIVAS NO PORTUGUÊS.....	42
2.1 O complemento verbal preposicionado no português.....	42
2.1.1 Objetos Indiretos e Complementos Oblíquos: Duarte (2003).....	43
2.1.2 O Complemento Preposicionado no Português Brasileiro: Castilho (2010).....	47
2.1.3 O Dativo no Português: Berlinck (1996).....	49
2.2 A omissão da preposição em sentenças bitransitivas no português brasileiro.....	55
2.2.1 A Ausência de Preposição no Português Brasileiro Falado na Zona da Mata de Minas Gerais: Scher (1996).....	55
2.2.2 A Ausência de Preposição no Português Falado em Comunidades Rurais Afro-brasileiras da Bahia: Lucchesi & Mello (2009).....	61
2.2.3 Analogias com o Inglês.....	66
2.3 Considerações sobre construções bitransitivas no português brasileiro.....	67
3 CONSTRUÇÕES DE OBJETO DUPLO NO INGLÊS.....	70
3.1 Descrição do fenômeno em inglês.....	70
3.1.1 Analogias com o Português Brasileiro.....	75

3.2 Discussões sobre descrições estruturais para construções de objeto duplo	76
3.2.1 A Definição de Domínio: Barss & Lasnik (1986).....	76
3.2.2 Uma Proposta Derivacional: Larson (1988).....	78
3.2.3 Um Elemento Nulo em Construções de Objeto Duplo: Pesetsky (1995).....	87
3.2.4 A Posse e as Construções de Objeto Duplo: Harley (2002).....	91
3.3 Considerações sobre as construções de objeto duplo	99
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS	106

INTRODUÇÃO

Este trabalho trata de um estudo sintático comparativo entre sentenças cujos verbos selecionam dois argumentos internos no inglês e no português brasileiro (PB). O método de abordagem é o hipotético-dedutivo e o método de procedimento comparativo, o qual possibilita estabelecer semelhanças e diferenças entre as estruturas das referidas línguas no que diz respeito à posição ocupada pelos argumentos internos na sentença. Buscamos subsídios que possibilitem discutir as posições ocupadas pelos argumentos comparando estruturas nas referidas línguas.

O estudo da sintaxe das línguas particulares se configura em estratégias de análise que possibilitam estabelecer semelhanças e diferenças entre as línguas, proporcionando o reconhecimento do que é específico à gramática das línguas particulares e contribuindo para a caracterização da Gramática Universal (GU). Segundo Silva (2004, p.88) “o enfoque das pesquisas gerativistas tem sido a adequação explicativa dos princípios rígidos responsáveis pelas propriedades invariantes nas línguas particulares, bem como a explicação dos princípios flexíveis (Parâmetros) que estabelecem diferenças entre essas línguas”. De acordo com Rizzi (1988), o método comparativo, componente essencial do programa de pesquisa da Gramática Gerativa, tem como ponto crucial determinar o que pode variar e o que resta invariável entre as línguas.

Este estudo busca conhecer mais sobre as estruturas do PB e do inglês, além de contribuir com a Teoria Gerativa no que diz respeito à discussão sobre os princípios e os parâmetros que regem essas línguas. Nesse sentido, sob a perspectiva Gerativa (CHOMSKY 1981; 1995), levantamos questões sobre a ordem dos objetos, visto que tanto no PB como na língua inglesa os complementos do verbo podem aparecer em ordens diferentes, como nos exemplos (1) e (2).

- (1) a. They gave a book to Mary.
b. They gave Mary a book.

- (2) a. Eles deram flores a Maria.
b. Eles deram Maria flores.

Como pode ser observado nos exemplos acima, os argumentos internos de construções dativas podem apresentar dois tipos distintos de realização. Em (1a) e (2a) as sentenças seguem a ordem VP DP PP, enquanto que em (1b) e (2b) os dois argumentos internos aparecem sem preposição e o argumento que recebe o tema alvo ocupa a posição imediatamente pós-verbal, apresentando a ordem VP DP DP. Sentenças com a ordem VP DP DP têm sido denominadas em estudos sobre esse fenômeno como Construções de Objeto Duplo (CODs)¹, enquanto sentenças com a ordem VP DP PP são denominadas Construções Dativas Preposicionadas (CDPs).

Embora sentenças como (2b) causem estranhamento em muitos falantes do PB, esse tipo de realização é possível em algumas comunidades de fala dessa língua. Scher (1996) observou que os falantes do português brasileiro da Zona da Mata de Minas Gerais realizam sentenças como em (2b). De acordo com Lucchesi (2001), essa possibilidade de realização é o padrão predominante na fala dos indivíduos idosos da comunidade afrobrasileira de Helvécia – BA, como se verifica no exemplo (3).

(3) Gente de tempo é assim, se eu dou *o senhor* marcriaçõ...

(LUCCHESI, 2001)

Os estudos sobre esse fenômeno no PB ainda são escassos. Scher (1996), embora tenha inaugurado essa discussão, tomando como referência o português falado na Zona da Mata Mineira, não admite que sentenças como (2b) sejam verdadeiramente CODs, como no inglês e outras línguas germânicas. Ao invés disso, a autora considera que essas estruturas no português ocorram devido a um apagamento da preposição por fatores morfofonológicos os quais ela não explica.

Essa discussão toma novas proporções com o trabalho de Lucchesi & Mello (2009), que fazem uma caracterização desse fenômeno em comunidades rurais de afrodescententes da Bahia. É interessante notar também que, de acordo com Michaelis & Haspelmath (2003), as comunidades de regiões costeiras da África são exclusivamente de línguas que contêm CODs. Essa informação é importante porque revela a possibilidade de as CODs ocorrerem no PB como resultado de transmissão linguística por influência de línguas africanas. Essa transmissão linguística pode ter

¹ Em inglês, Double Object Constructions (DOCs) (LARSON, 1988).

ocorrido no PB a partir do espalhamento de escravos oriundos justamente da costa africana. Baptista (2002) relata que no crioulo caboverdiano, língua de base lexical portuguesa, a COD é a única possibilidade de realização de sentenças dativas, como podemos verificar no exemplo (4).

- (4) a. N da mininu um libru.
(Eu dou criança um livro)
- b.*N da um libru pa mininu.
(Eu dou um livro a criança)

(BAPTISTA, 2002, p. 140)

Em nosso trabalho, não nos colocamos em uma discussão comparativa ou histórica sobre estruturas do PB com línguas africanas, porém a presença das CODs nessas línguas demonstra que não devemos descartar esse tipo de estrutura como possibilidade de realização no português sem que haja antes uma ampla discussão sobre o assunto. Assim, argumentamos, a partir de uma análise comparativa do PB com o inglês, que o condicionamento linguístico de sentenças como (2b) e (3) do português são da mesma natureza que a COD em (1b) no inglês.

No primeiro capítulo desse trabalho, desenvolvemos uma caracterização do quadro teórico da Gramática Gerativa, refletimos sobre o papel do léxico na teoria com vistas a apresentar a Teoria Temática e a Teoria do Caso. A apropriação desses elementos teóricos nos possibilitará a problematização adequada sobre o fenômeno das CODs.

Em seguida, faremos uma caracterização das sentenças bitransitivas em português. Então, teceremos uma discussão reflexiva com vistas a delimitar o condicionamento das CODs no PB, considerando o português de comunidades da Zona da Mata Mineira e de comunidades rurais baianas de afrodescendentes.

No terceiro capítulo, caracterizaremos o fenômeno das CODs no inglês e apresentaremos as analogias com as estruturas do PB. Ainda no terceiro capítulo, apresentaremos algumas propostas de descrições estruturais para as CODs em inglês que possam dar conta da atribuição de Caso nessas estruturas, tendo em vista que verificamos que existe uma discussão que não está muito bem resolvida teoricamente para esse tipo de estrutura.

Finalizaremos reunindo argumentos, baseados nas evidências descritas no decorrer do trabalho, no sentido de defender que a COD é uma possibilidade de realização para certos tipos de sentenças bitransitivas em determinadas comunidades falantes do PB já mencionadas anteriormente.

1 A TEORIA GERATIVA E A RELAÇÃO ENTRE NÚCLEOS E ARGUMENTOS

Iniciaremos esta seção apresentando os pressupostos teóricos do gerativismo a fim de tornar claros conceitos relevantes para a compreensão adequada de um estudo que segue tal perspectiva. Teceremos uma descrição da Teoria dos Princípios e Parâmetros, abordando o papel do léxico nessa concepção teórica com vistas a apresentar a Teoria Temática e a Teoria do Caso, módulos da gramática que dão conta da relação dos núcleos com os seus complementos. Conforme veremos, a Teoria Temática dá conta da relação entre os predicadores e seus argumentos, enquanto a Teoria do Caso permite que os DPs sejam interpretados, possibilitando a recuperação do seu papel temático. Esses conceitos nos possibilitarão formular uma problematização adequada sobre o fenômeno das CODs ao fim do capítulo.

1.1 TEORIA GERATIVA: PREDISPOSIÇÃO HUMANA PARA A AQUISIÇÃO DE LINGUAGEM

A grande preocupação da teoria gerativa está em entender como o ser humano adquire uma determinada língua. Essa teoria é estritamente de natureza mentalista, logo propriedades das expressões linguísticas são consideradas como dependentes das propriedades mentais subjacentes à sua produção e compreensão. De acordo com o gerativismo (Chomsky, 1981), a língua humana é adquirida de maneira espontânea, portanto se constitui em um produto natural da organização mental que está radicada na organização biológica da espécie.

Dois tipos de gramáticas são estabelecidas pelo gerativismo. Uma delas é a Gramática Universal (GU) que é comum a todas as línguas e remete-se ao estado zero da mente, e é geneticamente constituído em todo ser humano. A outra é a Gramática Particular (GP), que segue os princípios da GU, mas apresenta valores paramétricos fixados diferentemente em diferentes línguas. Nesse sentido, a questão central do programa de investigação da teoria gerativa é entender como e em que base essa gramática que se desenvolve na mente do sujeito falante se constitui.

Para Chomsky (1981), o ser humano nasce dotado de uma faculdade de linguagem, uma parte no cérebro responsável pela linguagem que é determinada

geneticamente e que possibilita que tenhamos intuição gramatical. Nessa perspectiva, a língua é compreendida como um sistema mental de conhecimentos.

Sendo a língua humana um produto natural da organização mental, a teoria gerativa se contrapõe ao pensamento behaviorista de que o desenvolvimento linguístico é determinado por causas externas à mente humana. O behaviorismo, defendido pelo psicólogo B.F. Skinner (1957), afirma que as experiências e interações da criança com o meio ambiente, através de processos como memorização e associação, são fatores determinantes para a aquisição da linguagem.

A hipótese do gerativismo, contrariando a teoria behaviorista e seguindo uma linha racionalista, é que todo ser humano possui uma predisposição genética para aprender uma língua e que a mente desempenha um papel determinante na aquisição da linguagem. Dessa forma, o estágio inicial do desenvolvimento da linguagem funciona como um mecanismo de aquisição de linguagem, que recebe a experiência como dados de entrada (*input*), e fornece a língua como saída (*output*) (CHOMSKY, 1981, 1997). Esse mecanismo é um conjunto de estruturas e princípios mentais que são geneticamente determinados e direcionam o desenvolvimento linguístico de maneira predeterminada.

Assim, a questão da aquisição de linguagem é entendida mais como um processo de “maturação e desenvolvimento de um órgão mental biológico do que uma questão de aprendizagem” (RAPOSO, 1992, p. 36). O fato de a criança conseguir dominar as estruturas da língua em tão pouco tempo ou de produzir uma sentença que jamais ouviu antes fortalecem essa hipótese.

De acordo com Raposo (1992), a Teoria Gerativa considera que a correção ou a instrução de outro falante não têm efeito nenhum no processo de aquisição de linguagem, pois como se trata de um processo de maturação e desenvolvimento de um órgão mental biológico, “a criança desenvolve o conhecimento essencialmente negativo de que tal ou tal expressão não existe na sua língua ou não pode ter uma determinada significação a priori logicamente possível” (p. 40). São princípios inatos da gramática universal que estão em jogo na intuição do que é possível ou não na língua.

A partir dessa concepção de aquisição de linguagem, considera-se que são desafios da teoria gerativa: 1- definir qual é o conteúdo do sistema de conhecimento

do falante que lhe permite falar e compreender expressões e ter intuições de natureza fonológica, sintática e semântica sobre a sua língua; 2- entender como esse sistema se desenvolve na mente do falante e definir que tipo de conhecimento é necessário pressupor que a criança traz a priori para o processo de aquisição de uma língua particular (RAPOSO, 1992).

Entendemos que o estudo comparativo das estruturas das diferentes línguas pode contribuir para o programa gerativistas no que diz respeito à caracterização da GU, possibilitando estabelecer quais são os princípios inatos da gramática e o que é particular a cada língua. Os estudos comparativos proporcionam uma reflexão teórica no sentido de fornecer meios para entender melhor sobre como se processa a língua na mente humana.

1.2 O MODELO DE PRINCÍPIOS E PARÂMETROS

Desde o seu surgimento, na década de 50, os estudos gerativistas passaram por algumas reformulações. Para melhor compreensão da teoria, consideramos interessante entender um pouco sobre os percursos do programa gerativista. Dessa forma, seguiremos essa seção comentando brevemente sobre a Teoria Padrão e a Teoria Padrão Ampliada, em seguida abordaremos os pressupostos do modelo de Princípios e Parâmetros.

Em sua fase conhecida pela Teoria Padrão, a preocupação dos estudos gerativistas com os problemas de aquisição existia apenas no nível teórico. Os estudos eram essencialmente descritivistas. O modelo de GU da teoria padrão se apresentava de maneira bem flexível e permitia que, a partir de um mesmo conjunto de dados linguísticos, fosse possível a construção de gramáticas diferentes. Não havia um mecanismo universal que restringisse a formulação das regras.

Kato (1997) comenta que em 1965, com a publicação de Chomsky intitulada *Aspects of the Theory of Syntax*, um modelo de língua-I começou a se delinear de maneira descritiva, no sentido de dar conta dos tipos de gramáticas possíveis. Segundo Kato (1997), foi um período caracterizado pela identificação de regras com processos mentais na aquisição, o que foi um equívoco e provocou descrédito das próprias regras.

Surge então o modelo conhecido como Teoria Padrão Ampliada. Nesse modelo, os aspectos das regras particulares que podiam ser convertidos em princípios gerais foram atribuídos à Gramática Universal, o que fez com que essas regras assumissem uma versão mais simplificada. Essa mudança aconteceu com o objetivo de diminuir a capacidade descritiva da teoria e aumentar sua capacidade explicativa.

Nessas duas fases da teoria gerativista, a criança, em aquisição de linguagem, era entendida como um pequeno linguista, tendo que construir hipóteses sobre as regras da língua que estava adquirindo. Com a Teoria Padrão Ampliada, no entanto, o número de hipóteses a serem construídas eram consideravelmente menores.

A partir do modelo de Princípios e Parâmetros, os estudos gerativistas tomam um caráter explicativo em vez de descritivo. A Língua-I deixa de ser entendida como um conjunto de regras e a aquisição deixa de ser vista como aprendizagem dessas regras (KATO, 1997). O novo modelo, inicialmente proposto como Teoria da Regência e Ligação (CHOMSKY, 1981) e, posteriormente, retomado em outras publicações como Princípios e Parâmetros (CHOMSKY, 1986; CHOMSKY; LASNIK, 1993; CHOMSKY, 1995), torna possível articular os estudos sobre gramáticas de línguas particulares, os estudos comparativos entre línguas de um dado grupo linguístico ou de grupos diferentes e os estudos psicolinguísticos sobre a aquisição e o desenvolvimento da linguagem.

O modelo dos Princípios e Parâmetros incorpora os resultados teóricos da Teoria Padrão Ampliada. Nesse modelo, a tendência de eliminar regras persiste e, de um modelo de regras, a Gramática Universal passa a ser compreendida como um conjunto de princípios linguísticos que se desenvolvem a partir da fixação de certos valores paramétricos para estruturar as línguas particulares. Todas as línguas são estruturadas a partir dos mesmos princípios, o que difere uma língua da outra está em sua gramática particular, formada a partir de um conjunto de parâmetros que são fixados pela experiência, ou seja, de acordo com o *input* linguístico.

Para Chomsky (1981), os princípios são inatos e universais. Atribuem-se à GU vários subsistemas em interação, subsistemas do conjunto de princípios inatos, que interagem com os subsistemas de parâmetros (da sintaxe, regras do léxico, da

fonologia e das formas lógicas), determinando as gramáticas particulares a partir da fixação dos valores paramétricos.

Kids come biologically equipped with a set of principles of grammar construction, i.e. Universal Grammar (UG). The principles of UG have open parameters. Specific grammars arise once these parameter values are specified. Parameter values are determined on the basis of the PLD. A language specific grammar, on this view, is simply a vector specifying the values that the principles of Universal Grammar leave open² (HORNSTEIN, 2001, p. 02).

Para Chomsky (1981) a GU é tida como uma caracterização do estado inicial pré-linguístico da criança e a experiência serve para fixar os valores paramétricos da GU, fornecendo uma gramática nuclear. “O indivíduo teria em sua cabeça um artefato resultante da ação recíproca de muitos fatores idiossincráticos em contraste com a realidade mais significativa da GU (um elemento biológico compartilhado) e uma gramática nuclear (um dos sistemas derivados pela fixação de parâmetros da GU em uma das formas permitidas)” (CHOMSKY, 1981, p.8)³.

A criança é equipada com a GU, associada a uma marcação com duas funções: “impor uma estrutura preferencial a um parâmetro da GU e permitir a extensão da gramática nuclear à periferia marcada” (CHOMSKY, 1981, p.8).

Segundo Chomsky (1995), no decorrer do desenvolvimento da criança, a faculdade da linguagem passa por várias transformações, alcançando um estágio mais estável.

A faculdade da linguagem possui um estado inicial, geneticamente determinado; no decorrer normal do desenvolvimento, passa através de uma série de estados na primeira infância, alcançando um estado firme relativamente estável que sofre poucas alterações posteriores, com exceção do léxico (p.52).

Entende-se que a maioria das alterações que acontecem posteriormente, quando a língua atinge um estado mais estável, diz respeito ao seu léxico. Nessa

² Crianças vêm biologicamente equipadas com um conjunto de princípios de construção gramatical, ou seja, Gramática Universal (GU). Os princípios da GU têm parâmetros abertos. Gramáticas específicas surgem uma vez que estes valores paramétricos são especificados. Os valores dos parâmetros são determinados com base nos primeiros dados linguísticos (PLD). A gramática específica de uma língua, nessa visão, é simplesmente um vetor especificando os valores que os princípios da Gramática Universal deixam em aberto. (Tradução nossa).

³ What a particular person has inside his head is an artifact resulting from the interplay of many idiosyncratic factors, as contrasted with the more significant reality of UG (an element of shared biological endowment) and core grammar (one of the systems derived by fixing the parameters of UG in one of the permitted ways). (Tradução nossa).

concepção, Chomsky chama o estado estável da língua de *gramática* particular e o estágio inicial de Gramática Universal.

A caracterização das capacidades linguísticas dos indivíduos tem sido uma preocupação do programa gerativista. Os estudos nessa área têm se preocupado em determinar as propriedades do estado estável, a gramática particular de uma língua, e determinar as propriedades do estado inicial, a Gramática Universal. A Teoria de Princípios e Parâmetros, por sua natureza modular, constitui um modelo que possibilita investigar de maneira adequada os princípios e os parâmetros que constituem o estado inicial da faculdade da linguagem, bem como a interação desses princípios e parâmetros na constituição da gramática particular.

Nesse modelo, a língua está especificada a partir de um conjunto de objetos simbólicos, chamados por Chomsky (1995, p. 14) “*structural descriptions (SDs)*”, traduzido como *descrições estruturais* (DEs), que funcionam como um mecanismo que fornece instruções para os sistemas de performance. Nesse sentido, cada DE determina as propriedades fonéticas, semânticas e sintáticas das expressões linguísticas das línguas particulares. Para cada forma fonética permitida na linguagem humana, a língua particular gera uma DE. Esse conjunto de possibilidades estruturais é determinado pela GU.

Considerando uma língua particular, diante de uma série de fatos, os estudos gerativos descrevem a gramática dessa língua e, partindo para um nível mais profundo, se preocupam em explicar como o indivíduo adquire essa língua, ou seja, de que modo as propriedades derivam da GU. De acordo com Chomsky (1995), a descrição correta da gramática ocorre quando a descrição dos fatos de uma língua gera DEs apropriadas.

A true grammar is said to meet the condition of descriptive adequacy. A theory of UG is true if (or to extent that) it correctly describes the initial state of the language faculty. In that case, it will provide a descriptively adequate grammar for each attainable language. A true theory of UG meets the condition of explanatory adequacy (CHOMSKY 1995, p. 18-19)⁴.

⁴ Diz-se de uma gramática verdadeira que satisfaz a condição de adequação descritiva. Uma teoria da UG é verdadeira se (ou na medida em que) descreve correctamente o estado inicial da faculdade da linguagem. Nesse caso produz uma gramática descritivamente adequada para cada língua atingível. Uma teoria da UG verdadeira satisfaz a condição de adequação explicativa. (tradução de RAPOSO, 1999, p. 58).

Nesse sentido, o programa gerativista busca conciliar uma adequação descritiva das línguas particulares em razão de uma adequação explicativa do estado inicial da faculdade da linguagem.

A língua é assumida como um sistema constituído de dois componentes distintos. Um diz respeito ao sistema computacional e o outro diz respeito ao léxico. O sistema computacional é responsável por gerar a forma das DEs e o segundo componente é responsável pela caracterização dos itens lexicais que aparecem nas DEs. Os itens lexicais são inseridos em um sistema de representação chamado Estrutura-D.

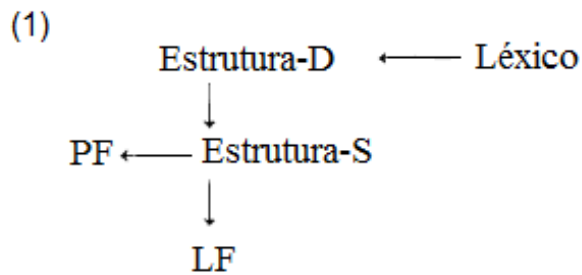
A arquitetura da linguagem disponibiliza uma variedade de sistemas simbólicos, apresentados na teoria gerativa como níveis de representação. Os níveis de representação cumprem a tarefa de fornecer informações sobre as propriedades das expressões linguísticas que vão ser interpretadas pelos sistemas de performance. Estes sistemas incluem os aspectos de som e significação, que correspondem aos níveis da Forma Fonética (PF) e o da Forma Lógica (LF) respectivamente.

O modelo propõe quatro níveis de representação das estruturas das línguas. A estrutura profunda (*Estrutura-D*), a forma fonética (PF), a forma lógica (LF) e a estrutura superficial (*Estrutura-S*).

De acordo com Chomsky (1995), cada DE contém dois níveis de interface externos e um nível de interface interno. PF e LF são representações do nível de interface externo, enquanto que a Estrutura-D está na interface interna do sistema computacional com o léxico. Estes níveis, porém, não estão relacionados de modo direto, existe um nível que é responsável pela mediação entre eles, o nível de Estrutura-S. “The level of S-Structure must relate to these three levels in the manner specified in UG⁵ (CHOMSKY, 1995, p.22)”.

Essa relação é ilustrada a seguir em (1), conforme ilustração de Chomsky (1995), traduzida por Raposo (1999, p.21).

⁵ O nível da Estrutura-S tem de relacionar-se com esses três níveis de um modo especificado pela UG. (tradução de RAPOSO, 1999, p. 61).



Partindo do pressuposto de que a Estrutura-D   projetada na Estrutura-S, que   projetada em PF e LF, as discussões sobre sintaxe, na perspectiva gerativista, restringem-se em grande parte na deriva o que vai do nível Estrutura-D até LF. “We are thus concerned primarily with the derivation from D-Structure to LF⁶ (CHOMSKY, 1995, p. 22)”.

Sobre esses níveis de representa o, temos que a Estrutura-D   a representa o sintática das propriedades lexicais dos itens de uma determinada estrutura e funciona como interface entre a deriva o sintática e o léxico. A PF   gerada a partir das propriedades fonológicas lexicais dos itens que compõem uma determinada estrutura e funciona como interface com os sistemas neurossensoriais e musculares da articula o e da percep o, fornecendo informa o necessária para a opera o desses sistemas. A LF recolhe as propriedades semânticas da estrutura. Na Estrutura-S estão representadas as opera es do sistema computacional, sistema de princípios que operam sobre os itens do léxico e sobre as estruturas, e tem repercussão em PF.

Espera-se com esse modelo que as constru es das mais diversas línguas se apresentem de forma bastante semelhantes nos níveis de estrutura-D e LF. Uma vez que as propriedades lexicais são limitadas em sua variedade, a Estrutura-D reflete tais propriedades, respeitando sua capacidade de afetar o sistema computacional. “Existe apenas um sistema computacional que forma deriva es a partir da estrutura-D até LF; num determinado ponto da deriva o (Estrutura-S), o processo ramifica para formar PF através de uma deriva o fonológica independente” (CHOMSKY, 1995)⁷. As varia es no nível LF são reflexos de

⁶ Estamos, portanto, preocupados principalmente com a deriva o da Estrutura-D   LF (Tradu o nossa).

⁷ Tradu o de Raposo (1999, p. 61).

ligações paramétricas em Estrutura-D ou de variações na projeção da Estrutura-D em Estrutura-S.

Conforme temos apresentado, a Teoria de Princípios e Parâmetros parte da hipótese de que todos os princípios são atribuídos à GU e as formas como os princípios se aplicam são fatores condicionantes para as gramáticas particulares, assim, as opções paramétricas devem obedecer a esses princípios. Para Chomsky (1995)⁸, “a nossa tarefa consiste em mostrar de que modo os fenômenos derivados pelo sistema de regras podem ser deduzidos a partir dos princípios invariantes da GU, quando os seus parâmetros são ligados numa das maneiras permitidas”.

No modelo proposto, a maneira em que as propriedades lexicais são organizadas nas estruturas gramaticais é especificada pelas condições da Estrutura-D. Essa teoria tem caráter modular, assim, os princípios da GU são representados por módulos linguísticos, como a Teoria da Ligação, a Teoria da Regência, a Teoria Temática, Teoria do Caso, etc.

The grammar is divided into various subcomponents sensitive to different kinds of well-formedness requirements. There are modules for case, binding, phrase structure, movement, control, theta-structure, and trace identification. These modules are tuned to different kinds of grammatical information [...], exploit different kinds of rules [...] and locality principles⁹ (HORNSTEIN, 2001, p.2).

Até o momento, a nossa preocupação foi a de caracterizar a natureza da teoria com a qual estamos trabalhando, a Teoria Gerativa dentro da perspectiva do modelo de Princípios e Parâmetros, visto que o estudo que nos propomos a realizar só é possível a partir da clara compreensão do arcabouço teórico que nos possibilita uma discussão adequada sobre o fenômeno. Continuaremos nossa seção sobre a teoria dos Princípios e Parâmetros de maneira mais específica, dessa forma abordaremos três subseções consideradas aqui importantes para entendermos as relações dos constituintes nas estruturas argumentais do verbo: O papel do léxico no modelo; a Teoria Temática; a Teoria do Caso. Nossa descrição e reflexão teórica estarão apoiadas em Chomsky (1995), com a contribuição de Mito et al. (2007).

⁸ Traduzido por Raposo (1999 p. 68).

⁹ A gramática é dividida em vários subcomponentes sensíveis a diferentes tipos de requisitos de boa formação. Existem módulos para o caso, ligação, estrutura da sentença, movimento, controle, estrutura temática e identificação de traços. Estes módulos são ajustados a diferentes tipos de informação gramatical [...], exploram diferentes tipos de regras [...] e princípios localidade. (Tradução nossa).

1.2.1 O Papel do Léxico no Modelo

Quando falamos uma língua, não dominamos apenas as regras de formação sentencial, mas também o léxico dessa língua. O léxico traz consigo várias informações relevantes, como sobre a categoria gramatical, que nos torna capazes de montar sentenças, uma vez que nomes e verbos, por exemplo, têm distribuições diferentes nas línguas. São essas informações categoriais contidas no léxico que não nos permitem realizar frases como em (2).

(2) *João comida o bolo.

Na perspectiva gerativa, o léxico é entendido como “o repositório de todas as propriedades (idiossincráticas) dos itens lexicais particulares” (CHOMSKY 1995¹⁰), assim todas as pessoas têm acesso às informações detalhadas sobre as palavras de sua língua, o que inclui a representação da forma fonológica de cada item, a especificação de sua categoria sintática e as características semânticas. A estrutura argumental de um núcleo é determinada por essas propriedades, indicando quantos argumentos são licenciados por ele e quais funções semânticas cada um desses argumentos recebe e que funções sintáticas devem exercer.

As palavras da língua têm propriedades tais que o aparecimento de um certo item lexical já nos faz esperar um outro item ou grupo de itens. Assim, em nosso modelo sintático, a derivação das sentenças começa com o acesso ao léxico mental, isto é, ao conjunto de elementos que temos em nossas mentes quando somos falantes de uma língua (MIOTO et al. 2007, p. 119).

Na perspectiva desse modelo teórico, o conjunto de palavras que compõem o léxico de uma língua contém informações que determinarão como as relações entre os constituintes serão estabelecidas. “No constituinte, todas as relações são estabelecidas direta ou indiretamente a partir do núcleo” (MIOTO et al. 2007, p. 52). Seguindo essa linha, chama-se **predicador** aos núcleos que selecionam os elementos lexicais com os quais serão realizados e de **argumento** aos itens

¹⁰ Traduzido por Raposo (1999, p. 70)

selecionados pelo predador. Alguns núcleos são de natureza lexical e outros de natureza funcional, conforme descreveremos a seguir.

Os núcleos lexicais são da categoria N, A, V e P. Os sintagmas que contém tais núcleos são representados pelas siglas¹¹ NP (Sintagma Nominal), AP (Sintagma Adjetival), VP (Sintagma Verbal) e PP (Sintagma Preposicional). Uma propriedade que define os itens da classe lexical é a capacidade que eles têm de selecionar semanticamente (s-seleção) os seus argumentos. Como o que nos interessa nesse trabalho é a relação entre o verbo e seus complementos, tomaremos como exemplo o núcleo verbal *consertar* no exemplo (3).

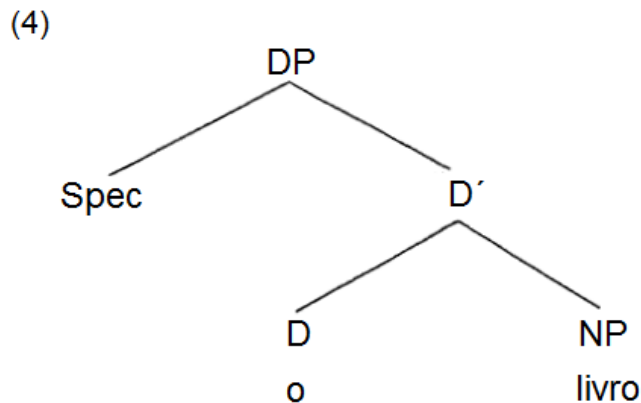
- (3) a. Carlos consertou o carro.
b.* O carro consertou o leite.

Em uma sentença, o verbo *consertar* pode tomar como argumento *Carlos* como aquele que conserta e o carro como o que é consertado, pois esses elementos são semanticamente compatíveis com o núcleo verbal em questão. Por outro lado, não temos uma sentença gramatical quando o verbo *consertar* tem o argumento *carro* como aquele que conserta e *leite* como aquele que é consertado, pois o *carro* não tem propriedades semânticas compatíveis com aquele que conserta nem *leite* como algo que possa ser consertado. Para que uma sentença seja formada com um determinado verbo, é necessário que os seus argumentos sejam semanticamente e categorialmente compatíveis com ele.

Sobre os núcleos funcionais, Miotto et al. (2007) destaca como principais a flexão I, o complementizador C e o determinante D. Esses sintagmas são representados pelas siglas¹² IP (Sintagma Flexional), CP (Sintagma Complementador) e DP (Sintagma Determinante). Os itens da classe funcional apenas selecionam a categoria (c-seleção) dos argumentos que os acompanham e são diferentes dos itens lexicais por serem incapazes de s-selecionar os seus complementos. O núcleo D, que encabeça o constituinte DP, por exemplo, tem como argumento o NP. Assim “o D constrói a referencialidade do NP, conferindo-lhe estatuto de argumento” (MIOTTO et al. p. 62), podemos ver essa relação categorial na estrutura em (4).

¹¹ Do inglês *Noun Phrase* (NP), *Verb Phrase* (VP), *Prepositional Phrase* (PP), *Adjective Phrase* (AP).

¹² Do inglês *Inflectional Phrase* (IP), *Complementizer Phrase* (CP) e *Determiner Phrase* (DP).



Considerando as preposições, temos que reconhecer que algumas são consideradas núcleos lexicais, pois têm a capacidade de c-selecionar e s-selecionar os seus complementos, e outras são consideradas núcleos funcionais, com função puramente sintática, pois apenas c-selecionam seus argumentos. Podemos então diferenciar se um PP é complemento do verbo ou adjunto a partir da verificação do seu núcleo. Assim, se o PP é constituído por um núcleo lexical, trata-se de um adjunto do verbo, pois é a preposição que s-seleciona seu argumento, por outro lado, se a preposição for incapaz de s-selecionar seus argumentos (for um núcleo funcional) a s-seleção é feita pelo núcleo verbal, então dizemos que o PP é complemento do verbo. Ilustramos isso a partir das sentenças em (5).

- (5)
- a. Carlos dormiu entre os livros.
 - b. *Carlos dormiu entre a inclusão.
 - c. Carlos pensa em livros.
 - d. Carlos pensa em inclusão.

Observamos que em (5a) a preposição *entre* s-seleciona *os livros*, mas não pode s-selecionar *inclusão* em (5b), pois esta não possui propriedade compatível com lugar, exigida semanticamente pela preposição. Afirmamos que o núcleo preposicional em (5a) é lexical, enquanto que o núcleo preposicional em (5c) e (5d) é funcional, pois nesse caso a preposição seleciona apenas a categoria que o seu complemento deve pertencer (c-seleção). Em (5c) e (5d), é o núcleo verbal que c-

seleciona e s-seleciona como complemento o PP, enquanto que em (5a) e (5b) o PP é apenas o adjunto do VP.

Se é um argumento que está faltando em uma sentença, ela será agramatical como em (6a), mas se o que falta em uma sentença é um adjunto, como em (6b), a sentença não apresenta problemas de formação.

- (6) a. *Dormiu entre os livros.
b. Carlos dormiu.

Essa distinção entre argumento e adjunto é fundamental na discussão sobre construções bitransitivas, porém nem sempre existe um consenso entre os estudiosos sobre se um determinado sintagma é argumento interno do verbo ou adjunto, como veremos no capítulo 2 desse trabalho.

A partir da definição do papel do léxico para o modelo dos Princípios e Parâmetros, considerando a definição de noções como núcleos lexicais e funcionais, tendo como critério s-seleção e c-seleção, e distinguindo complemento de adjunto, podemos nos aprofundar um pouco e descrever como a Teoria Temática está colocado dentro desse modelo. Essas informações teóricas são úteis para o nosso trabalho no sentido de entendermos de maneira adequada como se dá a relação dos núcleos com os seus complementos.

1.2.2 Teoria Temática

A função da Teoria Temática é dar conta de como ocorre a atribuição de papéis temáticos (papéis θ) dentro de uma sentença. Para iniciar nossa discussão, cabe pontuar, conforme foi dito na seção anterior, que apenas os núcleos lexicais são capazes de selecionar semanticamente os seus argumentos. Portanto, os papéis θ em uma sentença só podem ser atribuídos a partir de núcleos lexicais.

Voltemos nossa atenção para o núcleo verbal, que é um núcleo lexical, por isso um predador que define uma relação com seus argumentos. Diferentes argumentos que ocorrerão em uma situação expressa pelo verbo terão diferentes papéis neste evento, ou seja, o núcleo verbal é um predador que possui uma estrutura argumental e os seus argumentos desempenham papéis diferentes na

ação descrita pelo verbo. “Os predicados têm estrutura argumental, isto é, os predicados possuem lacunas a serem preenchidas pelos elementos que selecionam” (MIOTO et al. 2007 p. 121).

Considerando que as informações relativas à s-seleção codificam o papel θ , cada predicador traz consigo informações que compõem sua grade temática, determinando quantos argumentos ele seleciona e quais os papéis temáticos que ele terá que atribuir¹³.

O item lexical [...] traz do seu léxico as informações relevantes quanto à sua grade temática tanto em termos categoriais como semânticos, e a sintaxe se encarrega de preencher os argumentos selecionados pelo predicado, bem como de verificar se o preenchimento produz uma sentença gramatical. (MIOTO et al 2007, p.126)

O verbo, como núcleo lexical, impõe algumas restrições sobre seus argumentos. Observemos as restrições do verbo comer em (7).

(7)

COMER (V)	
Número de argumentos:	02
S-seleção	Agente ; Tema (pacinte)
C-seleção	DP; DP

O verbo *comer* é um núcleo que seleciona dois argumentos. Seleciona categorialmente (c-seleção) dois DPs e, a partir de uma seleção semântica (s-seleção), determina que um DP será *Agente* e o outro será *Tema (Paciente)*. Podemos explicitar isso a partir de (8).

(8) João comeu o bolo.
 DP VP DP
Agente Tema

¹³Mioto et. al (2007) chama a atenção para o fato de existirem casos em que o papel θ não é fornecido apenas pelo núcleo e sim pelo núcleo mais o seu complemento, como podemos ver nos exemplos a seguir com o verbo pegar.

i – Astrogildo [pegou [uma gripe danada]].

ii – Astrogildo [pegou [o filho] (no colo)] (MIOTO, et al, 2007, p127).

Percebemos que o papel de Astrogildo em (ii) é o de Agente, enquanto que o papel θ de Astrogildo em (i) é o de experienciador. Nesse caso, o papel temático não é atribuído ao argumento externo [Astrogildo] apenas pelo verbo, mas pelo verbo e seu argumento interno [pegou [o filho] (no colo)], dizemos então que a marcação θ é indireta.

De acordo com Chomsky (1995)¹⁴, “um verbo que não atribua uma função θ a um complemento não pode tomar um complemento”. Da mesma forma, um verbo que atribua função temática terá que ocorrer com um número suficiente de argumentos que receberão essas funções θ . Para receber determinada função θ , os traços semânticos de um argumento têm que ser compatíveis com essa função θ . Como podemos verificar, (9) é uma sentença bem formada, pois o verbo *dar* atribui três papéis temáticos que são distribuídos aos seus três argumentos, que contêm traços semânticos compatíveis com os papéis θ recebidos.

(9) João deu uma bola ao Pedro.
 DP VP DP PP

No exemplo (9), o verbo *dar* atribui uma função de *agente* (João), uma de *tema* (uma bola) e uma de *alvo* (ao Pedro). Como podemos perceber, o número de expressões que temos que colocar em uma sentença com o verbo *comer* em (8) é diferente daquele que constitui a sentença com o verbo *dar em* (9) ou *dormir em* (6b). Isso dependerá da grade temática do verbo.

O predicador define o número de argumentos com os quais co-ocorrerá e o tipo de argumento que pode combinar. Os núcleos, especialmente aqui considerando os verbos, têm uma capacidade muito limitada de selecionar seus complementos. Conforme aponta Miotto et al., (2007, p. 123) nenhum verbo, em qualquer língua, pode “selecionar n argumentos, n sendo maior que três. Da mesma forma, os ‘papéis’ que os diferentes argumentos podem desempenhar num dado evento (numa ‘cena’) são também limitados”.

A partir da discussão sobre as relações temáticas entre o núcleo verbal e seus complementos, podemos definir e entender melhor a relação entre os elementos que atribuem papel θ e os elementos que recebem o papel em uma sentença, o que nos possibilita assumir a formalização de um dos princípios que rege a Teoria Temática, o Critério θ , formulado em (10).

(10) “Each argument bears one and only one θ -role, and each θ -role is assigned to one and only one argument¹⁵” (CHOMSKY 1981, p. 36).

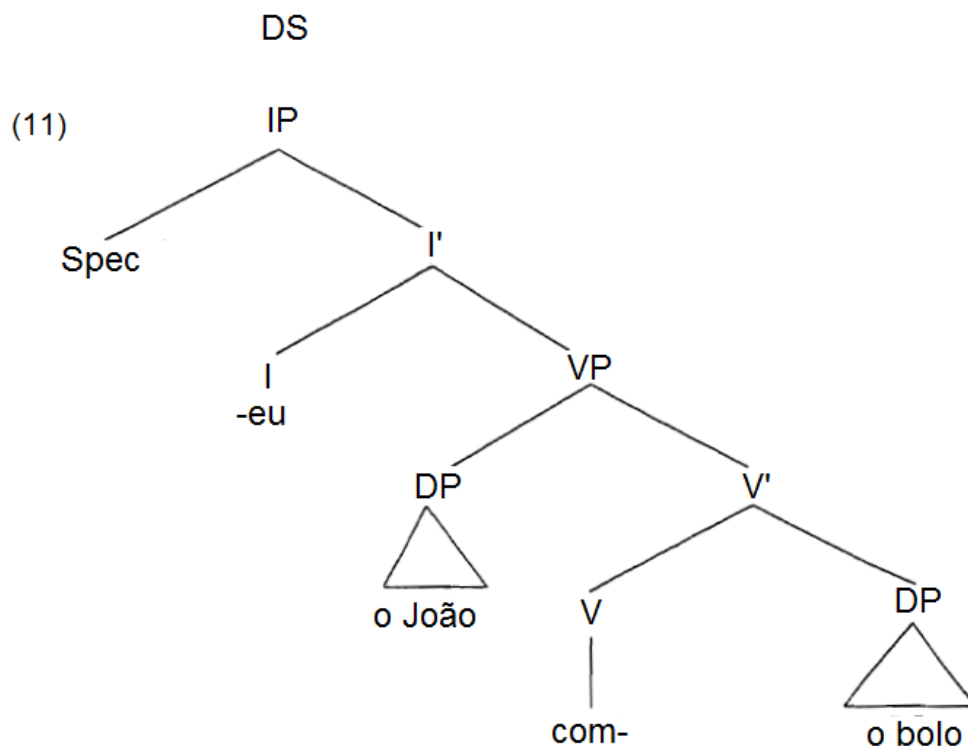
¹⁴ Tradução de Raposo (1999, p. 71).

¹⁵ Cada argumento comporta um e somente um papel θ , e cada papel θ é atribuído a um único argumento. (Tradução nossa).

Como já foi dito, o modelo sintático da Teoria Gerativa prevê vários níveis de representação onde atuarão os diferentes princípios universais e parâmetros fixados para uma dada língua. A atribuição e recebimento de papéis temáticos ocorrem nas posições em que os argumentos são gerados originalmente, portanto o nível sintático que isso ocorre é em DS.

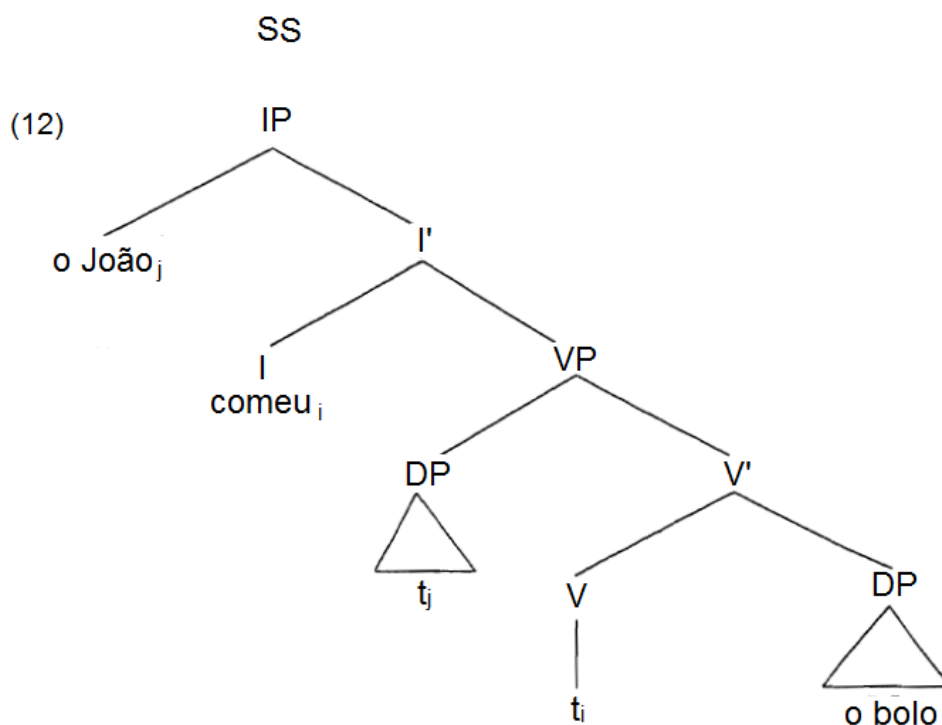
O fato de a atribuição dos papéis θ se dar nas posições de base em que os argumentos se combinam com os núcleos que os selecionam revela que esse módulo da teoria se aplica em DS, portanto, antes de os elementos se moverem para suas posições de SS, isto é, para as posições em que serão pronunciados (MIOTO et al., 2007, p. 137).

Chomsky (1995)¹⁶ nos diz que “um sujeito temático tem a sua origem numa posição dentro do VP, elevando-se seguidamente para [Spec, IP]”, o que pode ser ilustrado nas árvores em (11) e (12) que representam o exemplo (8) em DS e SS respectivamente.



¹⁶ Tradução de Raposo (1999, p.109).

Os argumentos do verbo têm que estar em sua projeção máxima e os complementos devem pender de V. Nessa perspectiva, dizemos que o complemento do núcleo V é um argumento interno, pois, tanto quanto o núcleo, está dominado pelo nível da barra. O especificador de VP, que posteriormente será movido para Spec de IP em SS, como pode ser verificado em (12), é chamado de argumento externo, pois é um nóculo irmão do nível da barra. Grosso modo, chamamos de argumento externo aqueles que ocupam a posição de sujeito, e de argumento interno os complementos que ocupam a posição de objeto do verbo.



Outro princípio que regula a Teoria Temática é o Princípio da Projeção, apresentado abaixo em (13):

(13) The “lexical structure must be represented categorically at every syntactic level¹⁷” (CHOMSKY, 1986, p. 84).

¹⁷ [As] estruturas lexicais devem ser representadas categoricamente em todos os níveis sintáticos. (Tradução nossa).

Seguindo esse princípio, “as propriedades de seleção de cada núcleo lexical devem ser preservadas nos níveis de representação de DS, SS e LF” (MIOTO, et al, 2007, p.141). Dessa forma, na passagem do nível de derivação DS em (11) para o SS em (12), deslocamos alguns constituintes, mas não apagamos as posições de onde o constituinte foi deslocado. Essas posições foram ocupadas por um vestígio (*t*) em SS. Podemos observar a importância de conservarmos os vestígios a partir do exemplo (14).

(14) Que bolo_i o João comeu *t*_i?

Notamos que o DP *que bolo* foi gerado como argumento interno do verbo comer, onde recebeu seu papel θ , sendo movido posteriormente para especificador do CP, formando a cadeia (que bolo, *t*_i). A sua posição temática continua a direita do núcleo V. “Uma posição θ é uma posição à qual se atribui uma função θ . [...] Cada cadeia argumental tem que conter pelo menos uma posição θ ” (CHOMSKY 1995¹⁸).

Em nosso trabalho, interessa discutir a relação do núcleo verbal com os seus argumentos internos. Portanto, o entendimento sobre o funcionamento da Teoria Temática explorada nessa seção é útil particularmente no que diz respeito sobre a marcação θ diretamente para os argumentos internos do verbo. Por isso deixaremos de lado as discussões sobre o argumento externo. Dessa forma, avançamos na descrição da teoria para o que diz respeito à Teoria do Caso, na seção a seguir.

1.2.3 Teoria do Caso

Em nossa discussão sobre a teoria dos Princípios e Parâmetros, percebemos que cada módulo da teoria é constituída por uma quantidade mínima de princípios. A Teoria do Caso é regulada por apenas um princípio chamado de Filtro Casual, conforme descrito em (15) abaixo.

(15) “Every phonetically realized NP must be assigned abstract Case”¹⁹ (CHOMSKY 1986, p. 74).

¹⁸ Traduzido por Raposo 1999, p.91).

¹⁹ “Todo NP foneticamente realizado tem de receber um Caso abstrato. (Tradução nossa).

De acordo com Chomsky (1995)²⁰, “as ideias básicas da Teoria do Caso nasceram a partir da investigação sobre a distribuição dos NPs visíveis, com um conteúdo morfológico”. Nesse sentido, esse módulo da gramática não tem relação nenhuma com os DPs fonologicamente vazios, além disso, não se aplica a constituintes que não sejam do tipo DP.

Esse princípio exige que um DP pronunciado tenha Caso. A noção de Caso é estritamente abstrata, diferentemente da noção de caso morfológico, é uma noção mais geral “e universal já que sua existência é postulada para qualquer língua natural” (MIOTO et al. 2007, p. 174). Logo, todas as línguas dispõem da categoria gramatical Caso e a partir do Filtro Casual, as línguas precisam dar visibilidade aos DPs para que eles tenham uma marcação θ . Dessa forma, pode-se atribuir os efeitos do Filtro Casual à Função θ .

Tanto os NPs foneticamente realizados como as variáveis (vestígios do movimento de operadores) têm de possuir Caso abstracto [...] um argumento tem de ser visível para que lhe seja atribuída uma função θ . E é o Caso que o torna visível. [...] Assumimos então que o Filtro Casual é, na realidade, parte do princípio da marcação θ : uma cadeia só é visível para a marcação θ se possuir uma posição Casual (CHOMSKY 1995)²¹.

Considerando que o DP só pode ser gramatical em uma sentença se pertencer a uma cadeia marcada por Caso e que o Caso se encontra sempre presente de maneira abstrata, o Filtro Casual provoca algumas adequações na estrutura das sentenças para que todo DP pronunciado seja adequadamente pertencente a uma cadeia com Caso. Uma vez que já determinamos que o DP é o elemento na sentença que deve obrigatoriamente receber Caso, é importante destacar quais são os elementos capazes de atribuir Caso aos DPs e quais são os Casos atribuídos.

Chomsky (1995)²² afirma que em “línguas nominativas/acusativas, o sujeito de uma oração finita recebe o Caso nominativo; o objeto de um verbo transitivo recebe Caso acusativo [...]; e o objecto de uma pré ou posposição recebe oblíquo”. Como é o Caso que permite que os DPs tenham os seus papéis temáticos

²⁰ Traduzido por Raposo (1999, p. 173).

²¹ Traduzido por Raposo (1999, p.181).

²² Traduzido por Raposo (1999, p. 173).

atribuídos, numa sentença, o DP marcado por nominativo poderia ser o *Agente*, o marcado por acusativo poderia ser o *Tema* e o marcado por oblíquo poderia ser o *Alvo* ou *Locativo*, por exemplo. Sem o Caso a recuperação do o papel temático do DP seria impossível.

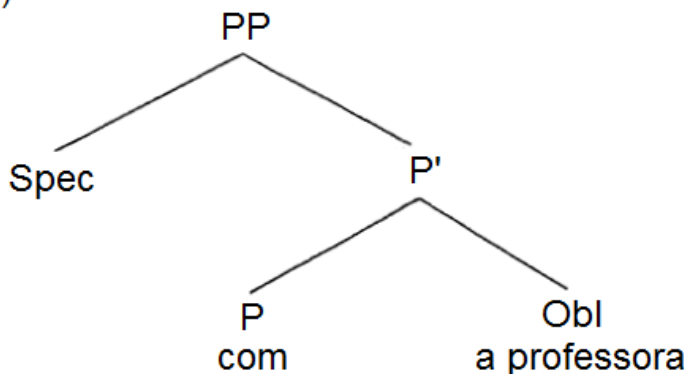
Os elementos capazes de atribuir Caso são os núcleos verbais, os núcleos preposicionais (lexicais ou funcionais) e os núcleos flexionais²³, esses núcleos atribuem respectivamente Caso Acusativo, Oblíquo e Nominativo. Se por um lado o filtro Casual determina que todo argumento tenha um Caso para receber, por outro lado um argumento, ou cadeia argumental, só pode ser marcado por apenas um Caso.

A partir das noções sobre o Caso abstrato, vamos descrever como as sentenças se ajustam para tornar os DPs visíveis, considerando a atribuição Casual. Dessa forma, a partir da contribuição de Mito et al. (2007), descreveremos como ocorre o funcionamento da Teoria do Caso, considerando os núcleos P, V e I atribuidores de Caso.

Preposição: Normalmente, a preposição atribui Caso Oblíquo ao seu complemento, que está sob sua regência, como podemos verificar em (16a) e (16b).

(16a) Os alunos concordaram [com [a professora]].

(16b)



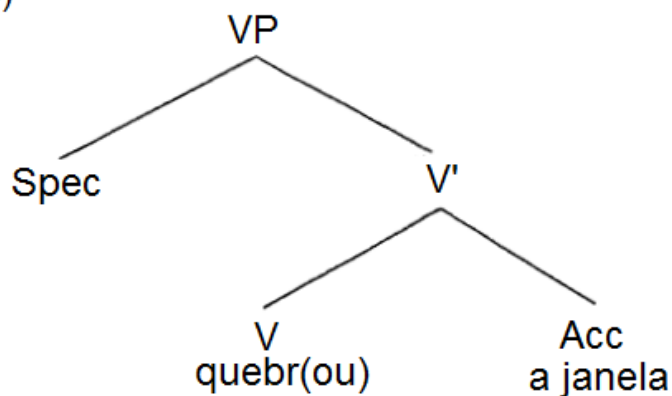
²³ Mito et al. (2007) nos lembra que o núcleo que encabeça o infinitivo pessoal no português também é capaz de atribuir Caso, não exploraremos aqui esse assunto.

Percebemos que o DP marcado por Oblíquo aparece imediatamente à direita da preposição.

Verbo: O verbo, assim como a preposição, deve atribuir Caso ao complemento que está sob sua regência. O Caso atribuído pelo verbo é normalmente o Acusativo.

(17a) João [quebrou [a janela]]

(17b)



Podemos perceber em (17a) e (17b) que o DP marcado por Acusativo aparece à direita do verbo. Pode ocorrer de o complemento estar deslocado como em (18).

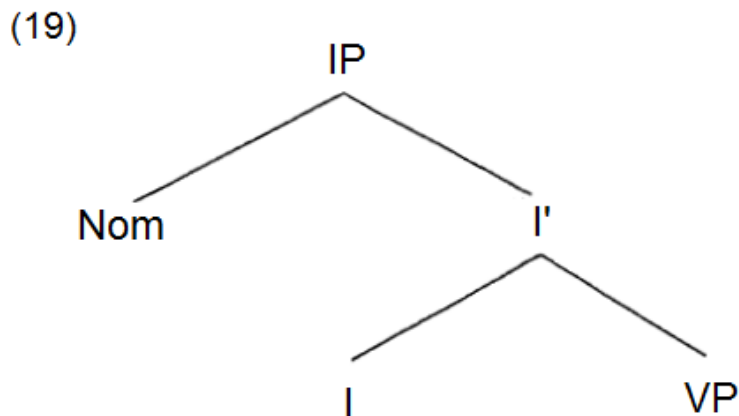
(18) A janela_i, o menino quebrou *t*_i.

Como a relação entre V e DP não é local, trata-se uma cadeia que envolve mais de uma posição. O DP é interpretado como tendo o papel θ de Tema, atribuído pelo verbo. Como a interpretação só é visível quando o DP recebe Caso, então o Caso é atribuído em *t*, ou seja, à cadeia argumental (a janela_i, *t*_i)²⁴.

²⁴ Existem casos, no entanto, em que o complemento do verbo é um pronome como na frase “**A menina o viu no cinema**”. Nesse caso a posição que o pronome ocupa não é a de complemento. Como se trata de um clítico dizemos que o pronome faz parte de um conjunto de núcleos incorporados que inclui a flexão I e o verbo V” (MIOTO et al., 2007 p.178)

Núcleo I: O núcleo flexional descarrega Caso ao complemento externo do verbo. Embora a discussão no nosso trabalho não tenha como foco o argumento externo, é interessante verificarmos a atribuição de Caso ao DP sujeito da sentença por parte do núcleo flexional para verificarmos que “o Filtro Casual não tem que ser satisfeito na estrutura-D” (CHOMSKY, 1995)²⁵. É em SS que os argumentos devem receber Caso.

Conforme verificaremos em (19), o núcleo I atribui Caso Nominativo para a posição de Spec.



Ao contrário do Caso Oblíquo e do Acusativo, que são atribuídos à direita do núcleo, o Caso Nominativo é atribuído à esquerda. Enquanto o Acusativo e o Oblíquo são atribuídos na relação Núcleo-Complemento, o Nominativo é atribuído na relação Núcleo-Spec. “O Caso é atribuído sob regência dentro de um certo domínio de localidade” nesse caso, “tanto o complemento quanto o especificador são regidos pelo núcleo” (MIOTO et al., 2007 p.180).

Dizemos que o nível de representação relevante para atribuição de Caso é SS, ou seja, um DP pode ficar sem caso em DS. O DP marcado por Nominativo é originalmente gerado em DS como em Spec de VP, onde recebe atribuição temática²⁶. O argumento externo é posteriormente movido para Spec de IP para receber Caso. Esse movimento pode ser verificado na ilustração de uma DS em (11)²⁷ e de uma SS em (12)²⁸.

²⁵ Tradução de Raposo (1999, p.174).

²⁶ Lembramos que o nível relevante para a atribuição de papéis θ é DS.

²⁷ Ver página 32.

²⁸ Ver página 33.

O complemento do verbo e o da preposição, se ela é lexical, correspondem a posições temáticas e, para elas, o Caso poderia ser atribuído junto ao papel θ em DS. “Se, contudo, em DS podemos ter DPs sem caso, isso só pode ser acomodado em nossa teoria se dissermos que o nível relevante para a atribuição de qualquer Caso é a SS, o que significa que um DP pode ficar sem Caso na DS” (MIOTO et al., 2007 p.180). Podemos verificar, na seção a seguir, a problematização das estruturas em estudo nesse trabalho a partir da Teoria Temática e da Teoria do Caso.

1.3 PROBLEMATIZAÇÃO DAS SENTENÇAS COM DOIS ARGUMENTOS INTERNOS A PARTIR DAS TEORIAS TEMÁTICA E DO CASO

Uma vez que entendemos o papel do léxico dentro do modelo dos Princípios e Parâmetros, pudemos, nas seções anteriores, perceber como se dá o funcionamento dos módulos da gramática chamados Teoria Temática e da Teoria do Caso e os princípios que regulam a relação dos constituintes dentro de uma sentença, em especial, a relação dos verbos com os seus argumentos. Uma vez apropriados da teoria, podemos problematizar de maneira adequada a questão das construções que envolvem dois argumentos internos do verbo, construções essas que são nosso objeto de estudo.

Já foi posto anteriormente que os verbos são núcleos lexicais e por isso têm a capacidade selecionar semanticamente seus complementos, atribuindo papéis temáticos aos seus argumentos. Vimos também que o verbo é capaz de atribuir no máximo três papéis θ , um ao seu argumento externo e dois aos seus argumentos internos. Alguns verbos, porém, só atribuem um papel θ , outros atribuem dois e outros três. Em nosso estudo, voltamos a atenção para os verbos que atribuem três papéis temáticos, conhecidos como verbos bitransitivos, que atribuem dois papéis temáticos aos seus argumentos internos. Para a nossa discussão é importante destacar outro núcleo capaz de atribuir papel temático, a preposição lexical.

Vimos que cada DP recebe apenas um papel θ e que atribuição de papel temático deve ocorrer no nível de representação DS. Por outro lado, os DPs, para serem visíveis, ou foneticamente produzidos, têm que receber Caso abstrato, o que pode ocorrer em SS. Os núcleos capazes de atribuir Caso são o núcleo funcional I, o núcleo funcional ou lexical P e o núcleo lexical V, cada núcleo só é capaz de atribuir um Caso. No que diz respeito aos argumentos internos do verbo, os atribuidores de

Caso relevantes são P e V. Observemos o exemplo (20) para algumas considerações.

- (20) a. Carla [_{VP} deu [_{DP} uma boneca] [_{PP} para a Maria]].
 b. Carla [_{VP} comprou [_{DP} uma boneca]] [_{PP} de Maria].

Percebemos que em (20a) o DP *uma boneca* e o PP *para a Maria* são selecionados semanticamente pelo núcleo verbal, que atribui respectivamente papel θ de Tema e Beneficiário. Estes argumentos são, pois, argumentos internos do verbo. Esses argumentos são licenciados pela atribuição de Caso, *uma boneca* e recebe Caso do verbo e *a Maria* recebe Caso da preposição. Em (20a) a preposição é funcional, por isso é incapaz de atribuir papel θ . Como o DP *a Maria* recebe papel θ do verbo, a preposição funcional *para* aparece com a finalidade de atribuição de Caso. “Inserir uma preposição funcional na sentença é uma operação de último recurso para licenciar o DP, tornando-o visível para a interpretação temática” (MIOTO et al., 2007 p.182).

De acordo com Mito et al., (2007 p.182), “as preposições funcionais são utilizadas como recurso para atribuir caso ao DP, enquanto as preposições lexicais são capazes de atribuir papel θ ”. Em (20b) o verbo só atribui papel θ de *Tema* para o DP *uma boneca*, sendo esse o único argumento interno do verbo. A preposição lexical *de* atribui papel temático de Fonte a *Maria*, essa é então argumento do núcleo preposicional e em relação ao verbo se configura como adjunto, não como argumento. São construções como (20a) que nos interessam nesse estudo.

A problematização em relação às CODs e as CDPs no português e no inglês, iniciada na introdução deste trabalho, pode ser possível agora de maneira mais adequada dentro dos pressupostos da teoria dos Princípios e Parâmetros. Consideremos, pois, os exemplos no inglês e no português em (21).

- (21) a. Carla gave a doll to Maria.
 VP DP PP
 b. Carla deu uma boneca para Maria.
 VP DP PP

Tanto em (21a) como em (21b), o verbo seleciona semanticamente dois argumentos internos. Um argumento interno recebe Caso do verbo e o outro recebe Caso da preposição. As CDPs em inglês e em português obedecem a todos os critérios impostos pela Teoria Temática e do Caso e são aparentemente construções de natureza semelhantes, seguindo princípios e parâmetros semelhantes. Outro tipo de construção em que o verbo seleciona dois argumentos internos e que nos interessa nesse estudo são as que seguem no exemplo (22).

(22) a. Carla gave Maria a doll.
 VP DP DP

b. Carla deu Maria uma boneca.
 VP DP DP

Percebemos, nas CODs em (22a) e (22b), que o verbo atribui papéis θ aos seus dois argumentos internos e que, embora sejam sentenças gramaticais, a atribuição casual não nos parece tão óbvia a primeira vista, uma vez que não temos uma preposição funcional como recurso de atribuição de Caso.

Sobre as CODs em inglês, existe uma discussão a respeito de como se configuram as suas estruturas. Conforme veremos no capítulo 3, alguns estudiosos, como Larson (1988), consideram que estruturas como em (22a) no inglês são derivadas de estruturas como em (21a), ou seja, as CODs são derivadas de CDPs. Outros linguistas, contrariando a proposta derivacional de Larson e seus seguidores, como Pesetsky (1995) e Harley (2002), propõem que os dois tipos de estrutura são de natureza diferentes. Tanto Larson, quanto Pesetsky e Harley propõem diferentes DEs que possam explicar a atribuição de Caso em CODs. Voltaremos a essa discussão no capítulo 3, após a descrição de sentenças bitransitivas no PB, no capítulo 2.

2 CONSTRUÇÕES BITRANSIIVAS NO PORTUGUÊS

No capítulo anterior, apresentamos o quadro teórico da Gramática Gerativa e os módulos da gramática que dão conta da relação entre os núcleos e os seus complementos em uma sentença (Teoria Temática e Teoria do Caso). Aqui, voltamos nossos olhares para a relação entre o verbo e seus argumentos internos, mais especificamente para os verbos que selecionam dois complementos.

Conforme apresentado anteriormente, o que chama a nossa atenção em construções bitransitivas no português brasileiro (PB) são duas possibilidades de realização para esse tipo de verbo e argumentos. A primeira forma de realização é o que temos chamado de Construções Dativas Preposicionadas (CDP) e apresenta a seguinte composição entre os argumentos: VP DP PP. A segunda se comporta como as Construções de Objetos Duplos (CODs) do inglês, que nesse caso é composta como VP DP DP.

Este capítulo é constituído por três partes. Iniciamos dando enfoque sobre o tratamento do complemento preposicionado com verbos que selecionam dois argumentos na língua portuguesa. Serão consideradas, nesta parte inicial, as definições e descrições de Duarte (2003), Castilho (2010) e Berlinck (1996). Em seguida, verificaremos, a partir das descrições realizadas nos estudos de Scher (1996) e Lucchesi & Mello (2009), como se realiza a ordem VP DP DP no PB, em seguida demonstramos algumas analogias dessas estruturas com estruturas do inglês. Finalizamos estabelecendo alguns limites para o fenômeno das CODs no PB.

2.1 O COMPLEMENTO VERBAL PREPOSICIONADO NO PORTUGUÊS

Nesta seção, iniciamos descrevendo as construções bitransitivas a partir de Duarte (2003), que faz uma distinção entre dois tipos de complementos preposicionados. Tomando como base o português europeu, a autora considera que o complemento preposicionado do verbo pode ser um Objeto Indireto ou um Complemento Oblíquo. Em seguida, verificaremos o que Castilho (2010) define sobre o Objeto Indireto e o Complemento Oblíquo no PB. Finalizaremos essa parte do capítulo com a descrição de Berlinck (1996) sobre o que ela chama de Complementos Dativos.

2.1.1 Objetos Indiretos e Complementos Oblíquos (DUARTE, 2003).

Duarte (2003), na Gramática da Língua Portuguesa, trabalho que tem como referência o português europeu, reconhece os verbos como elementos lexicais capazes de selecionar semanticamente e categorialmente os seus complementos. Em seu trabalho, a autora assume que o verbo pode ter dois tipos de complementos preposicionados: os Objetos Indiretos e os Complementos Oblíquos.

Para a distinção entre esses dois tipos de complementos, Duarte sugere dois tipos de predicação, um realizado pelos *verbos ditransitivos*²⁹ e o outro por *verbos transitivos de três lugares*. O complemento preposicionado dos *verbos ditransitivos* são chamados de *Objeto Indireto* e o complemento preposicionado dos verbos transitivos de três lugares são chamados de *Complemento Oblíquo*.

De acordo com Duarte (2003), os predicados do primeiro tipo, com verbos ditransitivos, são formados por verbos de três lugares que selecionam, além do argumento externo, dois argumentos internos em que um desempenha função de Objeto Direto (OD) e o outro de Objeto Indireto (OI), sendo este o argumento interno preposicionado. O OI é entendido nessa concepção como “tipicamente o argumento interno de verbos de dois ou três lugares com papel semântico de Alvo ou Fonte” (2003, p. 289), como em (1) abaixo.

- (1) a. O João deu um livro ao Pedro.
 b. Os Miúdos pediram uma bicicleta aos pais.
 c. Os meus primos compraram o apartamento a uma imobiliária muito conhecida.
 d. Todos os convidados trouxeram flores à anfitriã.

(DUARTE 2003, p. 296)

Por outro lado, os predicados do segundo tipo, com *verbos transitivos de três lugares*, são diferentes dos *ditransitivos* porque, no lugar de selecionar um OI, seleciona um complemento preposicionado com relação oblíqua, apresentando o

²⁹ O termo ditransitivo não é comum na tradição gramatical no Brasil. Algumas gramáticas usam bitransitivo (ROCHA LIMA 2003), outras verbo transitivo direto e indireto (CUNHA; CINTRA 2001), mas, diferentemente da noção de ditransitivos de Duarte, a esses outros termos os gramáticos incluem complementos introduzidos por diferentes preposições.

esquema **sujeito – verbo - objeto direto – complemento oblíquo**, como nos exemplos que seguem.

- (2)
- a. Ele partilhou o almoço com o amigo.
 - b. O helicóptero transportou os feridos para o hospital.
 - c. O caixa depositou o dinheiro no cofre.
 - d. O cirurgião retirou uma agulha do estômago do doente.

(DUARTE, 2003, p. 297)

Para Duarte (2003), conforme pode ser verificado nos exemplos em (1) e (2), os Objetos Indiretos seriam aqueles unicamente introduzidos pela preposição *a*³⁰, já os Complementos Oblíquos, introduzidos por preposições do tipo *para*, *a*, *com*, *de*, *em* e *por*. Enquanto o OI é tipicamente um complemento dativo, o Complemento Oblíquo pode expressar uma grande variedade de funções semânticas, como companhia (2a), direção (2b), locativo (2c), posse (2d), entre outras.

Os verbos de três lugares que determinam o Complemento Oblíquo são geralmente verbos que selecionam preposição, como, por exemplo, *repartir* (seleciona preposição *com*), *afastar* (seleciona preposição *de*), *converter* (seleciona preposição *de*). Para Duarte (2003), os oblíquos podem ser introduzidos por preposições que marcam sua função semântica (preposições lexicais), dessa forma, a autora inclui na categoria de Complementos Oblíquos tanto os complementos verbais oblíquos como os adjuntos.

Na análise de Duarte, o OI geralmente apresenta o traço semântico [+animado], porém pode apresentar um traço [-animado] quando forem argumentos de determinados predicadores de dois lugares, como o verbo *sobreviver* (sobreviver ao ataque) e *obedecer* (obedecer ao regulamento), ou com verbos leves como *dar* e *fazer*, seguidos de um objeto direto cujo núcleo seja um nome deverbal, conforme (3), exemplificados a seguir.

³⁰ Não podemos deixar de considerar que o trabalho citado é uma publicação portuguesa e que no português brasileiro a alternância entre a preposição *a* e *para* pode ocorrer sem alteração semântica em algumas situações.

- (3) a. A Maria deu uma pintura às estantes.
b. Eles fizeram uma enorme limpeza à casa.

(DUARTE, 2003, p. 289)

Verifica-se, de acordo com Duarte, que os exemplos em (3) também podem ocorrer com função oblíqua, antecedido pela preposição *em*, como em (4).

- (4) a. A Maria deu uma pintura nas estantes.
b. Eles fizeram uma enorme limpeza na casa.

(DUARTE, 2003, p. 289)

Duarte destaca que o OI também tem a possibilidade de ser pronominalizado, apresentando a forma dativa com os clíticos *lhe/lhes*. A possibilidade de pronominalização é um dos testes apresentados por Duarte (2003) para identificação do Objeto Indireto na sentença, como vemos a seguir em (5).

- (5) a. O miúdo deu o brinquedo *ao amigo*.
b. O miúdo deu *-lhe* o brinquedo.

(DUARTE, 2003, p. 289)

Outro teste de identificação consiste em formular uma interrogativa a respeito do OI, seguindo uma das estruturas a seguir:

- (6) a. A quem é que **sujeito verbo objeto direto?**
b. A que é que **sujeito verbo objeto direto?**

Se aplicarmos esse teste em (3a) e (5a), verificaremos que teremos como resposta *às estantes* (Objeto Indireto de (3a)) e *aos miúdos* (Objeto Indireto de (5a)). Apresentamos os testes em (7).

- (7) a. Teste: A que é que a Maria deu uma pintura?
Resposta: Às estantes.
Resultado: Às estantes. = Objeto Indireto.

b. Teste: A quem é que o miúdo deu o brinquedo?

Resposta: Ao amigo.

Resultado: Ao amigo. = Objeto Indireto.

Voltando aos oblíquos, verificamos em Duarte (2003) que estão incluídos nesse grupo tanto os argumentos obrigatórios do predicador verbal quanto aqueles que não são, além de adjuntos adverbiais. Duarte também propõe um teste para distinguir os argumentos oblíquos que são complementos daqueles que são adjuntos. Esse teste é feito conforme ilustrado em (8) a partir de uma interrogativa.

(8) **Teste:** O que é que sujeito fez complemento oblíquo? Ou O que é que aconteceu a sujeito + complemento oblíquo?

Para a realização do teste devemos considerar que as interrogativas, quando realizadas com o complemento obrigatório, são agramaticais, e os constituintes com relações oblíquas que são adjuntos podem ocorrer numa interrogativa de acordo com o esquema (8). Consideremos os testes a seguir em (9).

(9) a. Sentença: O meu amigo pintou esse quadro para a Maria.

Teste: O que é que o meu amigo fez para a Maria?

Resposta: Pintou o quadro.

Resultado: para Maria = oblíquo adjunto

b. Sentença: João pôs o livro na estante.

Teste: *O que é que o João fez na estante?

Resposta: *pôs os livros

Resultado: na mesa = complemento oblíquo obrigatório

Em síntese, de acordo com Duarte (2003), são dois os complementos preposicionados do verbo, o Objeto Indireto e o Complemento Oblíquo. Sobre o OI, a autora define que esse vem antecedido da preposição *a* em uma sentença dativa com papel temático *Alvo/Meta ou Fonte* e pode estar ordenado ₁ à direita do objeto indireto, ₂ adjacente ao verbo se for um Clítico (Ihe/Ihes) ou ₃ à direita do verbo se o objeto direto for um sintagma pesado. Sobre o oblíquo, ele pode ser complemento

obrigatório do verbo ou não, e pode desempenhar uma variedade de papéis temáticos.

2.1.2 O Complemento Preposicionado no Português Brasileiro (CASTILHO, 2010).

Castilho (2010), em sua Nova Gramática do Português Brasileiro, reconhece o verbo como um núcleo que, juntamente ao sujeito, objeto direto, objeto indireto e oblíquo, complementos por ele selecionados, “exercem funções centrais da sentença” (p. 298). O autor, assim como Duarte (2003), considera que os complementos preposicionados dos verbos podem ser o Objeto Indireto ou o Complemento Oblíquo.

Ao escrever sobre o OI e o oblíquo no português brasileiro, Castilho (2010) faz uma crítica a alguns manuais de gramática ao ressaltar que muitos autores ignoram o Complemento Oblíquo e rotulam-no como simplesmente adjunto, ou ainda o confundem com o Objeto Indireto.

O complemento oblíquo é uma espécie de vagalume, em nossas gramáticas, ora aparece denominado então complemento terminativo/complemento relativo, ora desaparece, sendo rotulado de adjunto, ora aparece de novo rebatizado como complemento oblíquo (p. 305).

De acordo com Castilho, por se tratarem de termos preposicionados, a análise do OI e do Complemento Oblíquo é mais complexa do que a do Objeto Direto, pois é necessário verificar se o argumento é selecionado pelo verbo ou pela preposição. O adjunto, por sua vez, não é selecionado pelo verbo, por isso não exerce uma função central na sentença como o verbo e seus argumentos³¹.

Assim como Duarte (2003), Castilho utiliza o termo Complemento Oblíquo, mas, diferentemente dela, exclui os complementos não obrigatórios do verbo, os adjuntos, dessa definição. O autor afirma, no entanto, que existe uma indecisão entre os gramáticos em definir quais expressões são Complementos Oblíquos obrigatórios e quais expressões não têm uma relação argumental com o verbo.

Castilho (2010, p.305) afirma que os Complementos Oblíquos “são proporcionais a pronomes-advérbios dêiticos ou a preposição+pronome”. A partir

³¹ Essa discussão nos remete ao Capítulo 1 deste trabalho, quando abordamos aspectos da gramática como s-seleção e c-seleção.

dessa afirmação, verificamos, como estratégia de reconhecimento desses argumentos, os exemplos em (10), (11) e (12) a seguir.

- (10) a. João pôs o livro na estante.
b. João pôs o livro nela.
- (!1) a. Saio de casa mal nasce o dia e volto ao recesso do lar morto de cansaço.
b. Saio de lá mal nasce o dia e volto aqui morto de cansaço.
- (12) a. Viajei de Campinas para São Paulo pela rodovia Bandeirantes.
b. Saio daqui para lá pela rodovia Bandeirantes.

(CASTILHO, 2010, p. 305)

O autor concorda, no entanto que esses testes não dão conta de todas as sentenças possíveis devido ao fato de os Complementos Oblíquos compartilharem propriedades de argumento interno e de adjunto, por isso ele reconhece que existe uma dificuldade de definição desses elementos. Sobre o Complemento Oblíquo, Castilho (2010, p. 299) afirma:

Embora sejam selecionados pelo verbo, eles codificam circunstâncias de lugar, tempo, medida, etc., papéis temáticos tradicionalmente assimilados aos adjuntos, sempre que a argumentação se concentra nas propriedades semânticas dos constituintes sentenciais. Indo por aí, alguns gramáticos preferem ver os complementos oblíquos como adjuntos, exibindo uma relação não argumental com o verbo. Entretanto, verifica-se que o complemento oblíquo ocupa lugares na predicação verbal que dele necessita para sua saturação.

Nesse sentido, o fato de o Complemento Oblíquo ocupar uma posição necessária para saturação na predicação verbal faz com que a sentença fique incompleta se os oblíquos forem descartados, o que não ocorre quando descartamos os adjuntos. Ilustramos com os exemplos em (13).

- (13) a. João pôs o livro na estante.
b. *João pôs o livro.
c. João leu o livro na sala.

d. João leu o livro.

Ainda sobre os Complementos Oblíquos, Castilho (2010) enumera algumas propriedades intrínsecas a esses elementos. Além de ₁serem proporcionais aos pronomes-advérbios dêiticos ou a preposições com pronomes, como foi dito anteriormente, o argumento oblíquo ₂pode tanto ocorrer como argumento único da sentença, como com o Objeto Direto, ₃ocorrem com mais frequência com verbos de movimento e ₄frequentemente apresentam o papel temático *locativo*.

Sobre o Objeto Indireto, Castilho (2010) define algumas propriedades que o determina. Dentre essas características, destaco o fato de o OI poder ser preenchido por sintagma preposicionado nucleado por *a* e *para* no PB, enquanto que no português europeu a preposição do OI é apenas *a* (DUARTE, 2003). Além disso, de acordo com o autor, os OIs são proporcionais aos pronomes dativos *me*, *te*, *lhe*.

- (14) a. O livro pertence-me, -te, lhe.
 b. O diretor escreveu-lhes cartas.
 c. Dou lhe/te esta maçã.

(CASTILHO, 2010, p. 304).

Na descrição de Castilho (2010), o Objeto Indireto pode se posicionar antes do Objeto Direto³² quando ocorrerem como clíticos, sua posição de base é após o verbo ou após o Objeto Direto quando este estiver na sentença. A construção em que surgem não é conversível à voz passiva e geralmente recebem o papel temático de beneficiário.

2.1.3 O Dativo no Português (BERLINCK, 1996).

De acordo com Berlinck (1996), a expressão Objeto Indireto, de origem francesa, é utilizada de maneira equivocada, uma vez que o termo 'indireto' implica

³² "Nestas construções, o PB é avesso à pronominalização de ambos os complementos, habitual no PE, dadas restrições em nosso quadro de clíticos".

- i. ?O diretor escreveu-lhas.
 ii. ? Esta maçã dou-lha/ta.

(CASTILHO, 2010, p. 305).

em uma relação menos direta, tanto sintaticamente quanto semanticamente, entre o verbo e o complemento. Embora seja por causa da presença da preposição que alguns gramáticos utilizam o termo ‘indireto’, a autora ressalta que os mesmos concordam que o Objeto Direto, em algumas situações, como quando é [+animado], pode ser também introduzido por uma preposição. A autora destaca que o termo ‘indireto’ tem sido utilizado para se referir a complementos de diferentes valores semânticos, como beneficiário, locativos, temporais e outros. Berlinck (1996), ao invés do termo Objeto Indireto, sugere que seja mais adequado para definir esses elementos o termo ‘Dativo’.

Berlinck reconhece a utilização do clítico dativo de terceira pessoa *lhe/lhes* como critério de substituição para a identificação dos Complementos Dativos, sendo essa a única forma dativa pronominal para distingui-lo do complemento acusativo, uma vez que os pronomes *me/te/nos/vos* podem ser utilizados tanto como dativos quanto como acusativos. A autora determina também que os dativos são predominantemente introduzidos pelas preposições *a* e *para* e, em raras exceções, por *em* ou *de*. Berlinck demonstra que a substituição pelo *lhe* não é possível quando o sintagma preposicional desempenha papel temático de *locativo* ou *tempo*, conforme podemos ver em (16) e (17), diferentemente de (15).

- (15) a. João deu o livro ao Pedro.
b. João deu-lhe o livro.

(BERLINCK, 1996, p. 121).

- (16) a. João chegou a Lovaina.
b. *João lhe chegou.

(BERLINCK, 1996, p. 121).

- (17) a. João chegou à noite.
b. *João lhe chegou.

(BERLINCK, 1996, p. 121).

Berlinck demonstra que, apesar de em todos os exemplos os PPs estarem introduzidos pela preposição *a* em (15), (16) e (17), apenas (15) contém um Complemento Dativo. A autora chama a atenção de que o uso dos clíticos é muito produtivo no português europeu, tanto em língua escrita como em língua falada, o

que não ocorre com o português brasileiro, em que o clítico em terceira pessoa é principalmente utilizado em situações formais e pouco naturais. Dessa forma, de acordo com a autora, o critério de substituição por clíticos de terceira pessoa não pode ser a única estratégia para identificação do complemento dativo. Baseado no *corpus* do português brasileiro, Berlinck aponta outro critério de identificação para o Dativo, o uso de um PP formado por preposição+pronome tônico, o que verificamos em (18c).

- (18) a. Maria transferiu a ligação para o João.
 b. Maria transferiu-lhe a ligação.
 c. Maria transferiu a ligação para ele.

(BERLINCK, 1996, p. 126).

Percebemos em (19c) e (20c), conforme Berlinck, que a substituição de complemento com papel de *locativo* ou *temporal* por preposição+pronome tônico é inviável para o português.

- (19) a. Maria foi para Bruxelas
 b. *Maria lhe foi.
 c. *Maria foi para ela.

(BERLINCK, 1996, p. 127).

- (20) a. João vem a uma hora da tarde.
 b. *João lhe vem.
 c. *João vem a ela.

(BERLINCK, 1996, p. 127).

Assim como apontado por Duarte (2003) e Castilho (2010), Berlinck também ressalta que o Complemento Dativo (OI) não pode ser utilizado como sujeito gramatical da passiva, como verificamos em (21).

- (21) a. Paulo deu as chaves para Maria.
 b. As chaves foram dadas a Maria (por Paulo).

c. *Maria foi dada as chaves.

(BERLINCK, 1996, p. 127).

Berlinck apresenta a organização geral da construção na qual o Dativo é constituído, considerando que é nesse tipo de organização que ocorre a maioria desses tipos de complementos. Apresentamos a organização de Berlinck (1996, p. 128) a seguir:

(21) $N_0 + V + N_1 + \{a, para, em\} N_2$

Nesse sentido, N_0 representa o sujeito gramatical da voz ativa do verbo transitivo, N_1 é o complemento acusativo ou sujeito gramatical dos verbos intransitivos e o N_2 corresponde ao dativo.

Berlinck (1996) apresenta uma tipologia que visa identificar os contextos de ocorrência do dativo, incluindo o tipo de verbo ou construção verbal em que o complemento dativo ocorre e o tipo de relação que ele mantém com o verbo e a sentença. Considera-se, principalmente, nessa categorização, as propriedades semânticas dos elementos envolvidos. Para Berlinck, estruturas transitivas são prototípicas do Complemento Dativo, a autora determina quatro tipos de estruturas transitivas, de acordo com suas propriedades semânticas, que descreveremos e demonstraremos a seguir.

Tipo 01 - Verbos de transferência material (ex. alugar, atribuir, dar, passar, entregar, oferecer, fornecer).

(22) Não entregaram as mercadorias ao comprador.

(BERLINCK, 1996, p. 129).

De acordo com Berlinck, o material de transferência também pode ter uma construção reversa, quando N_1 , ao invés de entrar no domínio de posse de N_2 , é tirado desse domínio. De acordo com a autora, isso ocorre com verbos como *arrancar, comprar, emprestar, pedir, roubar*, etc., conforme o exemplo (23).

(23) Felipe pediu um chocolate para o avô.

(BERLINCK, 1996, p. 130).

Tipo 02 – Verbos de transferência verbal ou perceptual (ex. comunicar, declarar, dizer, ensinar, escrever, etc.).

(24) Pedro disse para os seus colegas que o diretor estava doente.

(BERLINCK, 1996, p. 131).

Tipo 03 – Verbos de movimento físico (ex. atirar, lançar, levar, trazer, encaminhar, etc).

(25) No aniversário do amigo, levou-lhe um livro.

(BERLINCK, 1996, p. 132).

Tipo 04 - Verbos de movimento abstrato (ex. submeter, adaptar, atribuir, dedicar sensibilizar, etc.).

(26) Os trabalhos lhe foram submetidos ontem.

(BERLINCK, 1996, p. 133).

Berlinck (1996) define, para os dativos, uma hierarquia de acordo com o grau de previsibilidade sintática desses complementos por parte do verbo ou construção verbal. Essa hierarquia é proposta em três níveis diferentes, onde o primeiro nível é o que apresenta maior previsibilidade (e conseqüente obrigatoriedade) de ocorrência do complemento dativo no predicado verbal, o segundo nível apresenta um grau de previsibilidade menor e o terceiro nível é desprovido de qualquer previsibilidade sintática para ocorrência de dativos.

O primeiro nível de hierarquia proposto pela autora é constituído por complementos dativos nomeados *dativos nucleares*, que são considerados argumentais e necessários ao complexo verbal. Neste nível, os dativos apresentam uma relação linear com os outros elementos que compõem o complexo verbal. Os verbos que se incluem nesse nível são os transitivos de transferência material,

verbal e perceptual e os de movimento físico e abstrato, descritos e exemplificados anteriormente, além de verbos intransitivos que denotam interesse (ex. obedecer, concernir, corresponder) e movimento (ex. chegar, entrar, ir), movimento psicológico (ex. agradar, importar, interessar). Integram este nível também as construções dativas possessivas e as construções do tipo *se lhe* com predicados de três lugares³³, conforme ilustrado em (27) e (28) respectivamente.

- (27) a. Doem-me as costas
b. Tremem-lhe as mãos.

(BERLINCK, 1996, p. 143).

- (28) a. Passaram-se lhe todas as informações.
b. Ensinou-se lhe uma nova técnica.

(BERLINCK, 1996, p. 144).

O segundo nível, que não é parte constitutiva da construção verbal e por isso não é considerado argumento, é formado por complementos nomeados *dativus commodi* (“O rapaz lhe pôs o livro na estante”³⁴) ou por construções *se lhe* com verbos intransitivos. Berlinck (1996) afirma que este tipo de dativo não está incorporado a grade temática do verbo, mas está de alguma forma ligada ao complexo verbal. Para a autora, esse nível de envolvimento pode ser visualizado no exemplo (29) que apresenta uma conotação de beneficiário/recipiente para o dativo.

- (29) [Pedro [[abriu [a porta]] aos convidados]

(BERLINCK, 1996, p. 149).

O terceiro nível é o representado pelos complementos nomeados *dativus ethicus* (“Não me chegue tarde!” / “Aquele lá te saiu um belo idiota!”³⁵). De acordo

³³ Esse tipo de construção não ocorre no português brasileiro, no qual seria utilizado como em (i) e (ii) abaixo.

(i) Passaram-lhe todas as informações.

(ii) Ensinou-lhe uma nova técnica.

³⁴ (BERLINCK, 1996, p. 134).

³⁵ Berlinck (1996, p. 147).

com Berlinck este nível vai além do nível da sentença, pertencendo ao nível do discurso pragmático, por isso não é considerado um argumento, pois não tem ligação sintática com os outros elementos do complexo verbal.

2.2 A OMISSÃO DA PREPOSIÇÃO EM SENTENÇAS BITRANSITIVAS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Como verificamos na seção anterior deste capítulo, Duarte (2003), Castilho (2010) e Berlinck (1996) não consideram que os dois complementos internos de um verbo bitransitivo possam aparecer sem preposição em uma sentença a menos que um esteja representado por um pronome clítico. Nesta seção, verificaremos que existe a possibilidade desse tipo de realização ocorrer em determinadas comunidades de fala do PB. Dessa forma, faremos a descrição desse tipo de fenômeno à luz dos trabalhos de Scher (1996) e Lucchesi & Mello (2009).

2.2.1 A Ausência de Preposição no Português Brasileiro Falado na Zona da Mata de Minas Gerais: Scher (1996)

O trabalho de Scher (1996) identifica, entre falantes do português da Zona da Mata Mineira (PBM), construções com dupla complementação em que os dois argumentos internos do verbo se apresentam sem preposição. Como pode ser visto nas seções anteriores desse capítulo, esse tipo de construção não é reconhecida por outros estudiosos da língua portuguesa. Aparentemente, construções como essas não são comuns em outros dialetos do português brasileiro, mas ocorre no PBM, conforme podemos exemplificar em (30) abaixo.

(30) Eu dei o rapaz o livro.

(SCHER, 1996, p. 12).

Em sua descrição sobre as construções com dois complementos no PBM, Scher (1996) diz que não há uniformidade no papel temático atribuído ao OI quando ocorre a ausência da preposição nesse tipo de estrutura, além disso, o OI com a

noção de Alvo ou de Transferência de Posse ocorrerá como um PP ou DP, mas quando realizado como DP não ocupa necessariamente a posição imediatamente pós-verbal, ou seja, não existe requerimento de adjacência entre o verbo e o objeto, como ilustrado a seguir em (31).

- (31) a. Eu emprestei o carro ao Pedro.
 b. Eu emprestei o Pedro o carro.
 c. Eu emprestei o carro o Pedro.

(SCHER, 1996, p. 30).

Scher (1996) considera o tipo de preposição uma variável definidora para a omissão da preposição em estruturas com dois argumentos internos no PBM, nesse sentido “a omissão da preposição só está ocorrendo em contextos em que *a* é uma possibilidade para a preposição exigida pelo V”³⁶ (p.33). Ou seja, em construções em que *para* é a única opção para introduzir o sintagma preposicionado, a omissão da preposição será impossível, conforme exemplificado em (32).

- (32) a. O Pedro arranhou um bom negócio para o amigo.
 b. *O Pedro arranhou o amigo um bom negócio.
 c. *O Pedro arranhou um bom negócio o amigo.

(SCHER, 1996, p. 30).

Scher (1996) apresenta construções nas quais existe a possibilidade de se introduzir o OI com a preposição *a* ou *para* em CDPs. Para a autora, essas construções permitem que esse argumento seja colocado na posição pós-verbal

³⁶ Nesse caso é dada uma exceção ao par *pedi/ask* que, de acordo com Scher, no português “selecionam um complemento oracional ou um argumento introduzido pelas preposições *a* ou *para* e que no inglês selecionam um complemento oracional, como no PB, ou um complemento objeto direto” (1996, p.27), conforme os exemplos transcritos abaixo.

- i Ele pediu (a/pr)o pai o dinheiro. / *He asked the money to his father.
 ii Ele pediu o dinheiro (a/pr)o pai. / He asked his father the money.
 iii Ele pediu (a/pr)o João pra sair. / He asked John to leave.

sem estar introduzido por uma preposição, como nas CODs, conforme verificamos na tabela³⁷ abaixo.

Tabela 1

anunciar a decisão (para/a) os filhos	anunciar os filhos a decisão
comunicar a decisão (para/a) os amigos	comunicar os amigos a decisão
contar o caso (para/a) o público	contar o público o caso
dar um presente (para/a) o pai	dar o pai um presente
dizer uma coisa (para/a) o amigo	dizer o amigo uma coisa
emprestar o livro (para/a) o colega	emprestar o colega o livro
ensinar o trabalho (para/a) o aluno	ensinar o aluno um trabalho
entregar o presente (para/a) o amigo	entregar o presente o amigo
enviar uma mensagem (para/a) o chefe	enviar o chefe uma mensagem
explicar o problema (para/a) o irmão	explicar o irmão o problema
mandar uma carta (para/a) o pai	mandar o pai uma carta
mostrar o carro (para/a) o cliente	mostrar o cliente o carro
oferecer uma flor (para/a) o pai	oferecer o pai uma flor
pedir um favor (para/a) o pai	pedir o pai um favor
recomendar o filme (para/a) o amigo	recomendar o amigo o filme

Fonte: Scher, 1996 (Adaptado).

Por outro lado, a autora apresenta algumas construções que também possibilitam o uso tanto da preposição *para* como *a*, mas que não admitem a omissão da preposição, conforme (33) a seguir.

- (33) a. deixar muitos bens *para/a* os filhos
 b. descrever o evento *para/a* os presentes
 c. endereçar uma carta *para/a* o amigo
 d. escrever uma carta *para/a* o amigo
 e. insinuar alguma coisa *para/a* o chefe

(SCHER, 1996, p. 34).

³⁷ A tabela apresenta dados do PBM em que o OI pode ser utilizado sem preposição. Os dados de Scher (1996) foram constituídos a partir de introspecção e consulta a falantes da região da Zona da Mata Mineira e nos servirá para análise juntamente com os dados de Lucchesi & Mello (2009) sobre o português falado em comunidades rurais afrodescendentes da Bahia na seção 2.2.2.

A autora não considera em sua análise outro critério sintático, além do tipo de preposição, para explicar a possibilidade de omissão da preposição nos dados em que apresentou. Para explicar a impossibilidade de omissão da preposição nas sentenças em (33), apesar de os argumentos terem a possibilidade de ser introduzidos por *para* ou *a*, a autora afirma que isso se deve ao fato de os verbos dessas sentenças poderem “aparecer sem a presença obrigatória do OI (*Ele descreveu o evento muito bem, A Joana adora insinuar bobagens, etc*)” (SCHER, 1996, p. 36). Nesse sentido, a realização de um argumento Alvo não estaria prevista na grade temática dos verbos em (33) e por isso a atribuição de papel temático a esses argumentos fica a cargo da preposição.

Lucchesi & Mello (2009, p. 434), por outro lado, ao analisarem a descrição de Scher, consideram a explicação de Scher para (33) inadequada, uma vez que a referência do OI está implícita, “o que pode ocorrer com qualquer verbo que desencadeia a estrutura de dativo”. Conforme Castilho³⁸ (2010), a análise do OI é complexa por implicar em verificar se o argumento é selecionado pelo verbo ou pela preposição, se o argumento não for selecionado pelo verbo, trata-se de um adjunto.

Dessa forma, se Scher estiver certa em relação a não obrigatoriedade do argumento em (33), não poderemos considerá-lo como complemento do núcleo V e sim do núcleo P, assim a impossibilidade de omissão da preposição nessas sentenças estará explicada. Se, por outro lado, Lucchesi & Mello estiverem certos ao afirmarem que a referência do OI está implícita, então o OI será uma argumento de V e não de P, o que inviabiliza a explicação de Scher. Considerando os testes propostos por Duarte (2003), verificaremos a seguir se os complementos nos exemplos em (33), apresentados por Scher (2006), são realmente OI ou são apenas adjuntos. Consideremos as sentenças em (34).

(34) a. Carlos deixou muitos bens para/a os filhos.

Carlos deixou lhes muitos bens.

b. O homem descreveu o evento para/a os presentes.

O homem descreveu lhes o evento.

³⁸ Ver seção 2.1.2 deste trabalho.

c. Maria endereçou uma carta para/a o amigo.

Maria endereçou lhe uma carta.

d. João escreveu uma carta para/a o amigo.

João escreveu lhe uma carta.

e. O secretário insinuou alguma coisa para/a o chefe.

O secretário insinuou lhe alguma coisa.

Conforme visto na seção 2.1.1 deste trabalho, de acordo com Duarte (2003), a substituição do complemento pelos clíticos lhe/lhes é uma estratégia para o reconhecimento do Objeto Indireto, o que verificamos que foi possível em (34). Outro teste proposto por Duarte, que já apresentamos na seção 2.1.1, é o realizado através de pergunta como no exemplo (6)³⁹. Verificaremos a aplicação desse último teste em (35).

(35) a. Teste: A quem é que Carlos deixou muitos bens?

Resposta: Para/a os filhos.

Resultado: Para/a os filhos. = Objeto Indireto.

b. Teste: A quem é que o homem descreveu o evento?

Resposta: Para/a os presentes.

Resultado: Para/a os presentes. = Objeto Indireto.

Podemos verificar, a partir dos testes propostos por Duarte (2003) e aqui aplicados em (34) e (35)⁴⁰, considerados a partir dos exemplos em (33), que os complementos os quais Scher (2006) afirma não serem argumentos obrigatórios do verbo, mas sim da preposição, são na verdade Objetos Indiretos. Nos termos de Castilho (2010), o OI é um argumento do verbo. Assim, concordando com Lucchesi & Mello (2009), consideramos inviável a explicação de Scher (2006) para a omissão

³⁹ Repetimos (6) abaixo:

(6) a. A quem é que **sujeito verbo objeto indireto?**

b. A que é que **sujeito verbo objeto indireto?**

⁴⁰ Se utilizarmos esse teste para todos os exemplos em (33) teremos os mesmos resultados, verificaremos que todos os complementos preposicionados apresentados nas sentenças são objetos indiretos.

da preposição em (33). Verificamos, então, que Scher não chega a uma definição sobre os limites do fenômeno no PBM.

Scher (1996), em uma postura derivacional para o inglês, assume a proposta de Larson (1988)⁴¹ que considera que construções V DP PP são estruturas de base e que construções V DP DP são estruturas derivadas da anterior. Apesar de não definir limites para o fenômeno em questão no PBM, a autora (1996) contrapõe estruturas dessa língua com estruturas da língua inglesa e apresenta alguns argumentos no sentido de apontar que são fenômenos distintos que ocorrem nessas duas línguas.

Entre algumas das diferenças apontadas por Scher (1996), destacamos a possibilidade da omissão da preposição mesmo quando o Objeto Direto não está realizado foneticamente em sentenças que respondem a perguntas como *O que ela fez com o retrato?*, como no exemplo (36).

(36) Ela deu o Pedro (o retrato).

(SCHER, 1996, p. 38).

Essa sentença só parece ser gramatical se resgatado o argumento dentro do contexto. No inglês, essa não nos pareceria uma sentença mal formada, se colocada em contexto de pergunta-resposta, como fez Scher com o português.

Há também a possibilidade de a preposição poder ser omitida no OI mesmo quando este argumento não ocupa a posição imediatamente pós-verbal, como vimos na sentença (31c). Além disso, destacamos, conforme Scher, o fato de o OI poder ocupar a posição de sujeito quando inserido em uma construção passiva no inglês, o que não ocorre no português, como vimos também em Duarte (2003), Castilho (2010) e Berlinck (1996). Essas construções podem ser ilustradas em (37).

- (37) a. A Maria deu um livro aos/pros meninos.
 b. Um livro foi dado aos/pros meninos.
 c. *Aos/pros meninos foram dados um livro.
 d. *Os meninos foram dados um livro.

(SCHER, 1996, p. 28).

⁴¹ Conforme veremos na seção 3.2.2 deste trabalho, Larson apresenta uma proposta em que as CODs são derivadas das CDPs por uma operação sintática.

Scher (1996) diz que nem a passivização do OI preposicionado como em (37c) nem do OI representado com DP em (37d) são possíveis. Embora a autora considere (37c) agramatical, consideramos essa uma sentença aceitável, porém a realização do PP no início da sentença aparentemente é um caso de tópico.

Scher considera que as construções com OI não preposicionado no PBM não têm relação sintática alguma com as CODs do inglês. Para a autora, a ordem V DP DP no PBM acontece apenas de forma aparente, pois, nessa perspectiva, o que ocorre é o apagamento da preposição através de um processo morfofonológico. Dessa forma, a ordem V DP DP seria V PP DP com o apagamento aparente da preposição. E a forma V PP DP é considerada como resultado de tópico do Objeto Indireto. Segundo Scher (1996, p.38), “um fator sintático determina a ordem PP NP e um fator morfofonológico elimina a preposição *a*”.

2.2.2 A Ausência de Preposição no Português Falado em Comunidades Rurais Afro-brasileiras da Bahia: Lucchesi & Mello (2009)

Lucchesi & Mello (2009), em um estudo sobre a realização da variação⁴² da estrutura de Complementos Dativos, a partir de corpus observados em comunidades rurais afrobrasileiras isoladas do estado da Bahia, demonstram que CODs encontram-se em variação com CDPs, conforme exemplificado a seguir em (38).

- (38) a. Eu dei o remédio aos meninos.
b. Eu dei os menino o remédio.

(LUCCHESI; MELLO 2009, p. 427).

Coforme apontado pelos autores, embora sentenças como em (38b) possam ser consideradas agramaticais para a maioria dos falantes do português brasileiro, essa é uma possibilidade de realização presente em variedades populares desta língua.

⁴² Sabemos que o tratamento dado aos fenômenos linguísticos a partir da perspectiva da Sociolinguística Variacionista são diferentes daqueles da Teoria Gerativa, mas consideramos que tais estudos podem contribuir de maneira significativa com nosso estudo, uma vez que estudos variacionistas fornecem uma descrição de dados a partir de *corpus* colhidos em comunidades reais de fala, proporcionando uma visão dos fenômenos mais próxima da realidade.

A variação na estrutura de dativo, compreendendo a variante da COD, constitui uma novidade no cenário da formação do PPB⁴³, pois instanciará um processo de gramaticalização de uma estrutura original no universo do desenvolvimento histórico da língua portuguesa (LUCCHESI; MELLO 2009, p. 427).

Conforme podemos perceber, a partir Lucchesi & Mello (2009), que não é apenas no português falado na Zona da Mata Mineira (SCHER 1996) que fenômenos como em (37b) ocorrem, isso também é possível em comunidades afrobrasileiras rurais da Bahia. Nascimento (2009), embora não nos forneça maiores detalhes sobre o condicionamento linguístico desse tipo de construção, também relata a possibilidade de omissão da preposição em construções de dois complementos no português falado em comunidades rurais goianas, como ocorre nas CODs.

Optamos por descrever as CODs no português a partir de Lucchesi & Mello (2009) devido à robustez do *corpus* analisado pelos autores, além disso, a contribuição do estudo citado para o nosso trabalho está na descrição apresentada sobre o condicionamento linguístico do fenômeno em questão.

Os autores descrevem a estrutura de construções dativas a partir do tipo de verbo em que ocorrem. Dessa forma, de acordo com Lucchesi & Mello (2009, p. 443), “a estrutura de dativo pode-se atualizar com verbos que foram classificados nesta análise da seguinte maneira: benefativos, leves, discendi, faciendi, existenciais, de condução e de transferência”. Essa classificação será descrita a seguir, acompanhada de exemplos das ocorrências da amostra de fala analisada pelos autores.

Verbos benefativos: esse grupo é formado por verbos como *dar, pedir, doar, vender*. Para Lucchesi & Mello (2009), eles formam a construção dativa *scritto sensu*, expressando a transferência de algo para outrem, conforme o exemplo (39).

- (39) a. A coisa deu um terreno pra ele.
b. deu o japonês vinte mil.

(LUCCHESI; MELLO 2009, p. 443).

⁴³ Português Popular Brasileiro (PPB).

Verbos leves: são verbos que formam uma lexia composta com o Objeto Direto, como *dar apoio, fazer promessa, dar um agrado*. Verbos como esses englobam uma ampla área semântica. Exemplos de sentenças com esses verbos são apresentados em (40).

- (40) a. dá prejuízo pa gente.
b. dava um agrado o menino.

(LUCCHESI; MELLO 2009, p. 444).

Verbos discendi: são verbos como *dizer, falar, perguntar, avisar e alertar*, que dizem respeito à comunicação verbal de algum conteúdo a alguém, conforme exemplificado em (41).

- (41) a. eu vou falá uma coisa pa senhora.
b. eu vou dizer o senhô que nem Tereza mesmo tá capaz de informar.

(LUCCHESI; MELLO 2009, p. 444).

Verbos faciendi: esse grupo de verbos é formado por aqueles que expressam uma ação feita para outro, como *fazer algo para alguém, comprar algo para alguém, pegar para, liberar*, conforme (42) abaixo.

- (42) a. comprá remédio pos menino.
b. fez um barraco pr'ele.

(LUCCHESI; MELLO 2009, p. 444).

Verbos existenciais: são expressões verbais como *ter algo* (para alguém), *faltar algo* (para alguém), que “denotam a existência de ou ausência de algo ou alguém que cabe a outrem, ou o afeta de alguma maneira” (LUCCHESI; MELLO 2009, p. 443). Sentenças com esse tipo de construção são apresentadas em (43)

- (43) a. Num tem uma menininha miudinha pra mim.
b. graças a Deus num falta nada pra mim.

(LUCCHESI; MELLO, 2009, p. 444).

Verbos de condução: verbos como *levar, encaminhar, conduzir, despachar, trazer*, que denotam a ideia de transporte ou de remessa de algo para alguém, conforme ilustrado a seguir em (44).

- (44) a. mulé de tabinha levo água lá pra mim
b. eu mandava pra essa mãe

(LUCCHESI; MELLO, 2009, p. 444).

Verbos de transferência: esses verbos, como *deixar, ficar, caber e distribuir*, indicam a outorga de algo para alguém, conforme (45) abaixo.

- (45) a. O cacau ia ficá todo pa ela.
b. distribuí pra todo mundo.

(LUCCHESI; MELLO, 2009, p. 444)

Percebemos que, dentro do espectro de observação de Lucchesi & Mello (2009), a expressão dativa se manifestou de diversas formas, mas seguindo a descrição dos autores, conforme observado nos exemplos de (39) a (45), os complementos Objetos Indiretos nessas construções recebem papel temático de Meta ou de Beneficiário⁴⁴. Nesse sentido, em (42), (43), (44) e (45), o papel temático atribuído é o de Meta e em (39), (40) e (41), o papel temático atribuído é o de Beneficiário. Portanto, na classificação dos autores, os verbos benefativos, leves, e discendi são atribuidores de papel Beneficiário, enquanto os faciendi, existenciais, de condução e de transferência são atribuidores de Meta.

Assim, os autores excluem, em primeira análise, as construções que atribuem papel temático Meta, considerando que “os limites mais precisos da estrutura de dativo se restringiriam às construções em que o OI expressa o papel temático de Beneficiário” (LUCCHESI; MELLO, 2009, p. 444). Percebemos que no *corpus* analisado, conforme os exemplos de (39) a (45), as construções com verbos benefativos, discendi e leves, que de acordo com essa análise atribuem papel de

⁴⁴ Utilizamos nessa seção a nomenclatura utilizada por Lucchesi & Mello (2009) para os papéis temáticos. Alguns autores utilizam a expressão Meta, outros utilizam Alvo para o mesmo tipo de papel temático. Outros autores (DUARTE 2003), não fazem distinção entre Alvo ou Beneficiário.

Beneficiário, são as únicas em que os dois argumentos internos são realizados sem preposição⁴⁵, o que possibilitaria a formação de COD.

Sobre o uso da preposição, os autores reconhecem que, embora formalmente o papel temático Beneficiário e Meta estejam relacionados ao uso da preposição *a* e *para* respectivamente, no PB o uso da preposição *para* tem tido um avanço crescente sobre a área da preposição *a*, devido a isso, “o uso exclusivo da preposição *para* só ocorre nos casos em que o OI desempenha o papel Meta” (LUCCHESI; MELLO 2009, p. 445). Assim, enquanto os verbos *faciendi*, *existenciais*, *de condução* e *de transferências* subcategorizam apenas complementos indiretos que só podem ser introduzidos por *para* no corpus analisado, “entre os verbos *benefativos*, *discendi* e *leves*, predominaram os OIs que podiam ser regidos pelas duas preposições no PB” (p.445).

Restringindo a análise aos verbos *benefativos*, *discendi* e *leves*, percebeu-se que os verbos classificados como *leves*, devido a alta coesão do verbo com o OD, a partir da formação de uma única lexia composta, impede a ocorrência da ordem OI-OD, sendo a ordem OD-OI categórica nesse contexto.

Já os verbos *discendi*, apesar de desencadearem uma estrutura semelhante a dos verbos *benefativos*, apresentam algumas especificidades diferenciadoras, como a possibilidade geral de o OD ser uma oração completiva, inibindo a ordem OD-OI quando isso ocorre, portanto os autores descartaram de sua análise construções em que os verbos *discendi* são orações completivas, por considerarem a possibilidade de enviesamento dos dados.

Assim, considerando essas especificidades estruturais, os autores consideram os *benefativos*, com noção de transferência de posse, como sendo os verbos que definem a porção mais nuclear do fenômeno. A frequência de ocorrência⁴⁶ dessas estruturas não é relevante para nossa análise, o que nos interessa é conhecer em que contextos linguísticos o fenômeno da COD pode

⁴⁵ É interessante ressaltar que Lucchesi & Mello (2009) excluíram de suas análises construções em que uma eventual crase da preposição com a vogal final do verbo ou da vogal inicial da palavra seguinte levasse a uma neutralização da variável, conforme os exemplos abaixo.

- i. A gente chega e pergunta o dono da casa se ele aceita.
- ii. Ela dá bença as madrinha.
(LUCCHESI; MELLO 2009, p. 442).

⁴⁶ A frequência de ocorrências de construções com dois argumentos desprovidos de preposição com verbos *benefativos*, *Leves* e *Discendi* foi respectivamente 32%, 30% e 19%.

ocorrer no português brasileiro, o que serve como parâmetro para uma análise comparativa com o que ocorre no inglês.

Consideramos o trabalho de Lucchesi & Mello (2009) de grande importância no que diz respeito à descrição da alternância dativa no português brasileiro, uma vez que nos proporciona uma ampla visão do fenômeno.

2.2.3 Analogias com o Inglês

Considerando as CODs, ressalta-se que, assim como no PB descrito por Lucchesi & Mello (2009), a alternância dativa também pode ocorrer no inglês com verbos classificados como discendi e benefativo, conforme os exemplos em (46) e (47) respectivamente.

(46) a. She told the truth to John.
 VP DP PP
 Ela disse a verdade ao João.

b. She told John the truth.
 VP DP DP
 Ela disse João a verdade.

(47) a. She gave John a book.
 VP DP DP
 Ela deu João um livro.

b. She gave a book to John.
 VP DP PP
 Ela deu um livro ao João.

Sobre os verbos classificados como leves, percebemos, de acordo com Lucchesi e Mello (2009), que a ordem OD-OI foi a única possibilidade nos dados analisados, mesmo quando o Objeto Indireto ocorre sem preposição. Se fizermos um paralelo com construções do inglês, veremos que a ordem inversa é possível, como ilustramos no exemplo (48) a seguir.

(48) a. I gave my friend a hand.
 VP DP DP

(?) Eu dei meu amigo uma mão.

b. I gave a hand to my friend.
 VP DP PP

Eu dei uma mão ao meu amigo.

Percebemos que a alta coesão entre verbo e OD que possibilita apenas a ordem OD-OI no português (LUCCHESI; MELLO, 2009) não é um empecilho para que essa ordem ocorra no inglês, como verificamos em (48a). Por outro lado, pode-se questionar o fato de construções como (48a) serem consideradas agramaticais no português aqui descrito, pois o fato de tais construções não terem ocorrido nos dados coletados não significa que sejam agramaticais. Além disso, tais expressões trata-se de expressões idiomáticas.

2.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE CONSTRUÇÕES BITRANSITIVAS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Verificamos nesse capítulo que, em construções cujos verbos selecionam dois argumentos internos, os PPs constituem duas classes distintas de complementos de acordo com o tipo de verbo e o papel temático por ele atribuído. Duarte (2003) e Castilho (2010) definem esses complementos como Objeto Indireto e Complemento Oblíquo. Berlinck (1996) evita o termo Objeto Indireto e argumenta que o termo Complemento Dativo é o mais adequado.

Um dos critérios para diferenciação entre os OIs e os Complementos Oblíquos para Duarte (2003) e Castilho (2010) é o tipo de papel- θ atribuído pelo verbo ao complemento. Nesses termos, o Complemento Oblíquo frequentemente recebe papel θ de Locativo (CASTILHO, 2010), podendo receber outros tipos de papéis temáticos (DUARTE, 2003).

Para Duarte, os OIs recebem papel temático de Alvo ou Fonte, nos termos de Castilho esses complementos recebem papel- θ de Beneficiário. Percebemos que não há uma constância entre os autores na definição dos papéis temáticos, no entanto, parece haver um consenso com Berlinck (1996) de que o OI é tipicamente um complemento dativo.

Embora Berlinck (1996), Duarte (2003) e Castilho (2010) não reconheçam a possibilidade da omissão da preposição com os dois complementos do verbo⁴⁷, Scher (1996) e Lucchesi & Mello (2009) apresentam essa possibilidade em duas comunidades de fala distintas do PB.

Apesar de Scher, em sua descrição, não chegar a uma definição clara sobre os limites do fenômeno no PBM, ela apresenta dados com base na introspecção e consulta aos falantes dessa comunidade linguística. Se observarmos as sentenças apresentadas por Scher (1996) que têm a possibilidade de apresentar dois argumentos internos sem preposição, perceberemos que elas são compatíveis com as apresentadas por Lucchesi & Mello (2009).

Utilizando a tipologia de verbos apresentada por Lucchesi & Mello, observamos, nos dados de Scher⁴⁸ sobre o PBM, que a omissão da preposição e posicionamento do DP Beneficiário entre o verbo e o OD, assim como ocorreu no dialeto da Bahia⁴⁹, foi possível com os verbos descendis (anunciar, comunicar, contar⁵⁰, dizer, ensinar, explicar) e benefativos (dar, emprestar, entregar, oferecer, pedir, mostrar, recomendar, enviar, mandar). Considerando os dados de Scher (1996) e Lucchesi & Mello (2009), não trataremos o PBM e o português falado em comunidades rurais afrodescendentes da Bahia de maneira distinta. Em vez disso, pressupondo ser possível uma generalização, trataremos apenas como português brasileiro.

Dessa forma, percebemos nos dados de Lucchesi & Mello e de Scher que, no PB, as CODs não ocorrem quando o argumento interno do verbo é um Complemento Oblíquo. A omissão da preposição só ocorre com verbos descendis, benefativos e leves, núcleos que selecionam Complemento Dativo (OI), porém o posicionamento imediatamente pós-verbal desse argumento sem preposição, como as CODs no inglês, só é possível com verbos descendis e benefativos.

Conforme apresentamos na seção 2.1.3, Berlinck (1996) determina quatro tipos de estruturas transitivas prototípicas para ocorrência do Complemento Dativo, as formadas com verbos de transferência material, verbos de transferência verbal ou perceptual, verbos de movimento físico e com verbos de movimento abstrato.

⁴⁷ Os autores só admitem que o OI possa ser realizado sem preposição quando este é aparece como clítico.

⁴⁸ Ver tabela na seção 2.2.1 deste trabalho.

⁴⁹ Cf. seção 2.2.2.

⁵⁰ No sentido de comunicar.

Transpondo a tipologia de Lucchesi & Mello (2009)⁵¹ para os termos de Berlinck, afirmamos que as CODs no PB só ocorrem com verbos de transferência material e com verbos de transferência verbal ou perceptual.

Vale pontuar, no entanto, que diferentemente de Lucchesi & Mello (2009), Scher (1996) considera que as CODs não sejam estruturas do português, nesse sentido ela apresenta algumas diferenças entre o português e o inglês no sentido de argumentar que as CODs em português só ocorrem de maneira aparente. Para a autora, essas são estruturas V PP DP com apagamento da preposição através de um processo morfofonológico, onde o posicionamento do PP se dá por tópico discursivo. Reconhecemos que existem algumas diferenças entre a realização das CODs no português e no inglês, porém as semelhanças não devem ser descartadas. Apresentamos no capítulo seguinte a discussão de alguns estudiosos sobre o fenômeno das CODs em língua inglesa.

⁵¹ Benefativos e discendis.

3 CONSTRUÇÕES DE OBJETO DUPLO NO INGLÊS

Este capítulo é constituído por três partes. Inicialmente, faremos a caracterização do fenómeno das CODs em língua inglesa com vistas a uma delimitação mais precisa do fenómeno e levantamento de uma analogia desse tipo de estrutura entre o inglês e o PB. Em seguida apresentaremos o debate teórico sobre as descrições estruturais (DEs) das CODs e das CDPs no inglês. Finalizaremos com as nossas considerações sobre as discussões levantadas no decorrer do capítulo.

3.1 DESCRIÇÃO DO FENÔMENO EM INGLÊS

Como já abordamos anteriormente, à primeira vista, as CODs se diferenciam das CDPs por apresentarem a estrutura argumental sem preposição. Enquanto as CDPs apresentam a estrutura VP DP PP, as CODs apresentam VP DP DP, conforme podemos ver nos exemplos em (1), onde (1a) representa a COD e (1b) representa a CDP.

- (1) a. Clara gave the car to Mary.
 b. Clara gave Mary the car

Com vistas a uma caracterização para o fenómeno das CODs em inglês, buscamos entender como esse tipo de construção tem sido tratada entre os estudiosos. Existem duas visões principais sobre o fenómeno. Alguns pesquisadores, como Baker (1988) e Larson⁵² (1988), assumem uma proposta derivacional em que as CODs e as CDPs são associadas ao mesmo significado, permitindo duas opções de realização para os mesmos argumentos. Esta visão é apoiada na ideia de que as duas variantes representam paráfrases temáticas e por isso devem ter a mesma estrutura subjacente.

Contrariando a postura derivacional, Pinker (1989), Goldberg (1992), Pesetsky⁵³ (1995), Krifka (1999) e Harley⁵⁴ (2002) assumem que as CODs e as

⁵² Ver seção 3.2.2 deste trabalho.

⁵³ Ver seção 3.2.3 deste trabalho.

⁵⁴ Ver seção 3.2.4 deste trabalho.

(1989), Goldberg (1992) e Krifka (1999), inclui **posse de informação** (ex. tell, teach, show), conforme (4), e **futura posse** (ex. send, offer, promise), conforme (5).

- (4) a. Mary told the news to John.
b. Mary told John the news.

- (5) a. Mary offered a book to John.
b. Mary offered John a book.

Entre os verbos que expressam posse de informação, não se realizam em CODs os verbos que expressam modo de fala, como *scream*, *yell* e *whisper*, o que configura uma restrição que podemos ver em (6).

- (6) a. Mary whispered the new to John.
b. *Mary whispered John the news.

As CODs em inglês não descartam a possibilidade de realização com verbos de movimento. No entanto, para que isso ocorra há uma restrição, o verbo não deve expressar uma transmissão contínua de força, como *pull*, *push*, *lower*, *haul*. A realização em COD com verbo de movimento só é possível com verbos prototípicos de *throw* e *kick*, verbos que nos termos de Pinker (1989, p. 110) desempenham “transmissão instantânea de força de alguma maneira causando movimento balístico”⁵⁵.

- (7) a. Mary threw the ball to John.
b. Mary threw John the ball.

- (8) a. Mary pushed the box to John.
b. Mary pushed John the box.

⁵⁵ Tradução nossa: “verbs of instantaneous imparting of force in some manner causing ballistic motion”.

Jackendoff (1990), em um artigo que critica a postura derivacional, observa que os verbos como *hit*, *throw*, *kick* e *send* podem abranger um leque mais amplo de argumentos Alvo em CDPs do que em CODs. Seus exemplos são ilustrados em (9).

(9) a. Susan sent Harry to Max/down the hall/to his room/away.

b. Susan kicked the ball to Max/down the hall/out the window/away/upward.

(JACKENDOFF, 1990, p.448).

De acordo com Jackendoff, esse tipo de verbo tem caráter fundamentalmente espacial, expressando movimento, podendo ocorrer com qualquer expressão de trajeto. Para Jackendoff (1990), nenhuma das expressões em (9) têm sentido de recipiente, exceto quando com a preposição *to*. Ainda de acordo com Jackendoff, essas expressões seriam agramaticais se fossem colocadas como CODs. Percebemos que não há um consenso sobre a gramaticalidade dos verbos de movimento 'balístico' nas CODs. A COD "aparece com esses verbos apenas quando o Objeto Indireto é um recipiente possível⁵⁶" (JACKENDOFF, 1990, p. 449). O exemplo (10) ilustra essa observação.

(10) Sue sent the money to Bill / to London.

Sue sent Bill / *London the money.

(JACKENDOFF, 1990, p. 449).

Apesar da distinção de Pinker (1989) entre verbos de movimento que expressam transmissão contínua de força e os que expressam transmissão instantânea de força, Krifka (1999) chama a atenção para o verbo *bring*. Apesar de *bring* poder ser entendido como um verbo que aplica transmissão contínua de força permite a realização em COD.

(11) a. Ann brought the roses to Beth.

b. Ann brought Beth the roses.

(KRIFKA, 1999, p. 261).

⁵⁶ "The Double object appears with these verbs only when the indirect object is a possible recipient". (Tradução nossa).

Pinker (1989) trata *bring* simplesmente como uma exceção à regra. Krifka (1999), no entanto, assume que *bring* tem uma natureza dêitica, assim o objeto trazido tem a mesma localização do agente, que ao fim da ação terá a mesma localização do recipiente. Dessa forma *bring* na COD se comporta como *give*, pois semanticamente o recipiente passa a possuir o objeto ao fim da ação. Considerando Krifka, confirmamos a hipótese de transferência de posse para o verbo *bring* no exemplo (12), cuja realização não é possível na COD quando o recipiente é um argumento (– animado) e por isso não é capaz de receber posse.

(12) *Mary brought the school the roses.

Para Pinker (1989), a descrição semântica das CODs é que ***DP₀ faz DP₁ possuir DP₂***, onde DP_0 é o argumento externo e DP_1 é o recipiente, enquanto que nas CDPs ***DP₀ faz DP₂ ir para DP₁***. Krifka (1999) ilustra a diferença semântica entre as CODs e as CDPs a partir dos exemplos (13), (14) e (15) a seguir.

(13) a. Ann gave Beth an idea.
b. Ann gave an Idea to Beth.

(KRIFKA, 1999, p. 262).

De acordo com Krifka, em (13a) Ann foi a causa de Beth ter uma ideia, talvez por um comportamento específico. Nesse caso, a ideia não foi originada em Ann, mas sim em Beth, o que não implica em movimento da ideia de Ann para Beth como ocorre em (13b).

(14) a. Ann threw Beth the ball.
b. Ann threw the ball to Beth.

(KRIFKA, 1999, p. 262).

Para o autor, (14) implica que Ann arremessou a bola, mas apenas (14a) ocasiona que Beth pegou a bola, o que não ocorre necessariamente em (14b).

- (15) a. Beth told God her sorrows.
 b. Beth told her sorrows to God.

(KRIFKA, 1999, p. 262).

Para Krifka, (15a) implica necessariamente que Deus existe, enquanto que (15b) pode ser uma frase proferida por um ateu.

Nesta seção do nosso trabalho, a partir da descrição desenvolvida, chegamos a uma delimitação das CODs no inglês. A partir de uma proposta não derivacional, percebemos que essas são estruturas que expressam posse, mesmo quando ocorrem com determinados tipos de verbos de movimento.

3.1.1 Analogias com o Português Brasileiro

Sobre o fenômeno das CODs em português, definimos a partir da tipologia abordada por Berlinck (1996), no capítulo 2, que esse tipo de estrutura ocorre exclusivamente com verbos de transferência material e transferência verbal e perceptual, não havendo ocorrências de CODs com verbos de movimento físico ou abstrato.

No inglês, como podemos verificar na seção anterior, as CODs ocorrem com verbos de transferência de posse. Transpondo a definição de verbos de transferência de posse⁵⁷ para os termos de Berlinck, teremos os verbos de transferência material e verbos de transferência verbal e perceptual, estes últimos definidos como posse de informação na seção anterior. Portanto, os verbos de transferência material e os de transferência verbal e perceptual possibilitam as CODs tanto no inglês como no PB, o que representa uma analogia entre as duas línguas.

Diferentemente do português, as CODs em língua inglesa também são possíveis com alguns verbos de movimento, porém existe uma restrição para esses verbos no inglês. Verbos como *bring* e os de transferência que desempenham transmissão instantânea de força, conforme abordado na seção anterior, também expressam transferência de posse nas CODs. Embora não haja nenhum registro de CODs com esse tipo de verbo de movimento no *corpus* do PB, o que representa

⁵⁷ Pinker (1989), Goldberg (1992) e Krifka (1999).

inicialmente um distanciamento entre esses fenômenos nas duas línguas, a marca semântica de transferência de posse com tais verbos no inglês pode representar o indício de que o papel temático de alvo de transferência de posse é que está em jogo.

3.2 DISCUSSÕES SOBRE DESCRIÇÕES ESTRUTURAIS PARA CONSTRUÇÕES DE OBJETO DUPLO

Apresentamos, nessa seção, o debate sobre DEs adequadas para as CODs e as CDPs no inglês. De acordo com Chomsky (1995), nos estudos gerativistas, a descrição correta dos fenômenos linguísticos deve possibilitar DEs adequadas para explicar tais fenômenos. Nesse sentido, verificaremos que existem propostas diferentes para as CODs com vistas a contemplar a necessidade de Caso para os seus dois argumentos internos, conforme problematizamos no capítulo 1.

Iniciamos com a definição de domínio de Barss & Lasnik (1986). Embora essa seja uma definição resolvida dentro do programa gerativista, consideramos importante conhecer essa discussão que possibilitou outros desdobramentos diante do problema das CODs. A proposta de Barss & Lasnik (1986) possibilitou uma ampliação por parte de Larson (1988) no que diz respeito a uma proposta de DE para as CODs e que foi acolhida por Chomsky (1995). Seguiremos essa seção com as propostas de Larson (1988), Pesetsky (1995) e Harley (2002).

3.2.1 A Definição de Domínio: Barss & Lasnik (1986)

Barss & Lasnik (1986) demonstram algumas implicações para as CODs no que diz respeito aos princípios que regem certas relações anafóricas. Eles demonstram que existe uma relação assimétrica entre os argumentos internos do verbo em que o segundo DP está no domínio do primeiro. Tal relação pôs em questão as propostas de representação das CODs até então realizadas dentro da teoria gerativa, possibilitando uma revisão da definição de domínio.

Embora essa seja uma discussão considerada resolvida dentro do quadro teórico da teoria gerativa, ela foi de fundamental importância na discussão sobre as relações dos argumentos internos, pois proporcionou novos debates no que diz

respeito à representação e explicação dos princípios que regem estruturas bitransitivas. A partir da noção de domínio apresentada por Barss & Lasnik (1986), algumas discussões foram iniciadas no que diz respeito às CODs em inglês, como a de Larson (1988)⁵⁸ que é considerada de grande relevância na área.

O argumento de Barss & Lasnik é baseado inicialmente em sentenças como (16) em que ele demonstra a relação de domínio entre o DP₁ e o DP₂, onde DP₂ está no domínio de DP₁, mas DP₁ não está no domínio do DP₂. Assim demonstra-se que os DPs que contêm pronomes reflexivos devem estar no domínio de seus antecedentes.

(16) a. I showed John himself in the mirror.⁵⁹
 DP1 DP2

b. *I showed himself John in the mirror.

(BARSS; LASNIK, 1986, p. 347).

A partir dessas sentenças, confirma-se que em CODs o segundo argumento interno deve estar sob o domínio do primeiro. Quando o contrário ocorre, as sentenças são consideradas agramaticais.

Considerando as duas definições de c-comando, comumente utilizadas na Teoria Padrão Ampliada⁶⁰ e considerando que a noção padrão de domínio era c-comando, Barss & Lasnik (1986) levantam o problema de como o primeiro DP em uma COD c-comanda assimetricamente o segundo DP, o que requer uma discussão sobre a estrutura desse tipo de sentença⁶¹.

O problema de como explicar o c-comando assimétrico do primeiro DP em relação ao segundo DP levou Barss & Lasnik a colocarem em questão as possibilidades de estruturas até então propostas dentro das teorias para representação de sentenças de objeto duplo. A estrutura representada em (17) foi

⁵⁸ Conforme veremos na seção a seguir deste trabalho.

⁵⁹ Essas sentenças ocorrem da mesma forma em português:

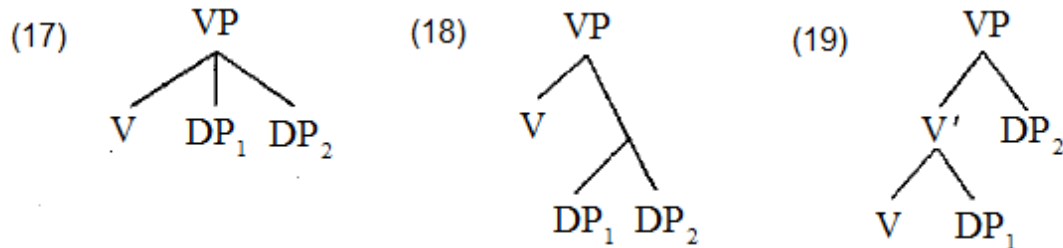
i. Eu mostrei João ele mesmo no espelho.

ii. * Eu mostrei ele mesmo João no espelho.

⁶⁰ É interessante ressaltar que à proporção que as discussões avançam em relação à teoria esta passa por modificações.

⁶¹ "The problem now is how it is that the first NP in a Double object VP asymmetrically c-commands the second NP, and this requires discussion of the phrase structure of these VPs" (BARSS; LASNIK 1986, p. 350).

proposta por Oehrle (1976), a estrutura (18) é de Kayne (1981) e a (19) de Chomsky (1981).



Nas estruturas (17) e (18), as relações hierárquicas são completamente simétricas, o que se configura em um problema diante da assimetria defendida por Barss & Lasnik (1986), portanto, diante desse tipo de inadequação, esses tipos de estrutura foram descartados dentro do modelo de Princípios e Parâmetros.

Já a estrutura (19), se levarmos em consideração a noção de c-comando de Auon & Sportiche (1981, apud BARSS; LASNIK, 1986)⁶² o DP1 estará no domínio do DP2 e não o contrário, como é sugerido na sentença do exemplo (1). Por outro lado, se considerarmos a definição de c-comando de Reinhart (1976, apud BARSS; LASNIK, 1986)⁶³, então teremos novamente simetria em relação ao domínio em (10), o que está igualmente em desacordo com o que foi anteriormente sugerido.

Segundo Barss & Lasnik (1986), a noção de domínio baseada unicamente na noção de c-comando parecia não dar conta dos fenômenos apresentados. Diante disso, baseada na procedência linear, eles propõem que a definição de domínio seja que Y está no domínio de X se X c-comandar Y e X preceder Y.

3.2.2 Uma Proposta Derivacional: Larson (1988)

Uma leitura de referência clássica para o tratamento sintático da alternância entre CODs e CDPs é Larson (1988). Ele trata as assimetrias sintáticas da alternância dativa postulando uma estrutura hierárquica para o VP envolvendo dois VP-conchas. Em sua análise, o Tema é gerado como o especificador do VP mais

⁶² "X c-commands Y iff every maximal projection that dominates X also dominates Y." (AUON; SPORTICHE, 1981, apud BARSS; LASNIK, 1986, p. 350).

⁶³ "X c-commands Y iff the first branching node dominating X dominates Y" (REINHART, 1976 apud BARSS; LASNIK, 1986, p. 350).

baixo, e o Alvo (mais a preposição *to*) como seu complemento. As mudanças resultantes da alternância dativa ocorrem quando uma operação como se fosse passiva se aplica ao baixo VP, movendo o Alvo para a posição de especificador e gerando o tema em uma posição de adjunto, análoga à posição do agente da passiva.

Para Larson, as CDPs como em (20a) constituem a posição básica e as CODs como em (20b) são derivadas em uma operação puramente sintática. Assumindo esse ponto de vista derivacional, Larson considera que esses dois tipos de construções partem de uma mesma estrutura.

- (20) a. John sent a letter to Mary.
b. John sent Mary a letter.

Sobre a assimetria com V DP DP, como na sentença de (16), discutida por Barss & Lasnik (1986), Larson chama a atenção que essas mesmas estruturas também ocorrem com construções dativas com V-DP-PP, como pode ser visto nas sentenças em (21).

- (21) a. I presented/showed Mary to herself.
b *I presented/showed herself to Mary.

(LARSON, 1988, p. 338).

Larson destaca que, diferentemente das CODs, as assimetrias apresentadas em (21) não resultam em problema para a noção de c-comando para estruturas introduzidas por PP. Diante disso, Larson (1988, p. 339) reconhece que as CODs representam uma questão enigmática dentro da sintaxe, pois “se a assimetria de complemento nos dativos padrões é simplesmente uma questão de estrutura introduzida por PP, então por que, em Construções de Objeto Duplo, onde tal estrutura é ausente, não encontramos um comportamento simétrico?”⁶⁴

⁶⁴ “If complement asymmetry in standard datives is simply a matter of the structure introduced by PP, then why, in Double object constructions, where such structure is absent, do we not find symmetric behavior?” (Tradução nossa).

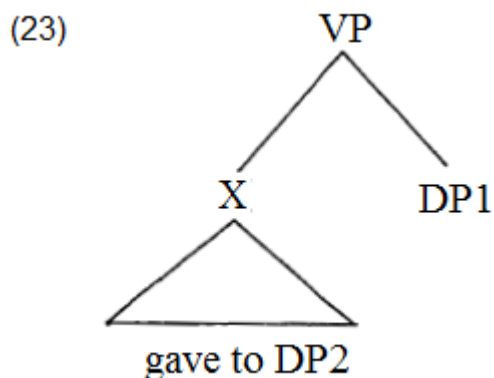
Em sua reflexão sobre objetos duplos, Larson propõe complementar a proposta sobre a estrutura dativa sugerida anteriormente por Chomsky (1955/1975) e, a partir dessa estrutura, ele sugere uma estrutura para as CODs.

A proposta de Chomsky (1955,1975 apud LARSON, 1988, p. 339) para estruturas dativas atribui assimetria entre os complementos a uma fonte que não seja originada no sintagma preposicional (PP). Nesse sentido, uma sentença como (19a) é derivada da estrutura de (19b) por extraposição do PP *to him*.

- (22) a. The teacher gave several books to him.
b. The teacher [gave to him] several books.

(LARSON, 1988, p. 339).

Em (19b) o Objeto Indireto forma um constituinte com o verbo e está sob domínio estrutural do Objeto Direto, nesse sentido essa assimetria não é uma questão de estrutura preposicional, como ilustrado em (23).



Na estrutura (23) é o DP2 que é o argumento direto do verbo, dessa forma o objeto DP1 recebe atribuição temática do sintagma verbal *give to him*. Considera-se, de acordo com Larson (1988), que é o verbo com o OI que atribui papel temático e não simplesmente o verbo.

Para ilustrar que o predicado expresso por um verbo transitivo+objeto depende da contribuição do objeto, conforme Marantz (1984), Larson considera o par apresentado em (24).

- (24) a. Bethoven gave the Fifth Symphony to the world.
 b. Bethoven gave the Fifth Symphony to his patron.

(LARSON, 1988, p.340).

Em (24a) a transferência de posse é metafórica, entendemos a frase como sendo sinônimo de Bethoven criou a Quinta Sinfonia. Em (24b) percebemos a transferência de um objeto físico, que pode ser a transcrição da composição em partitura. “O papel semântico exato atribuído ao Objeto Direto depende, dessa forma, da natureza do recipiente que aparece no sintagma alvo⁶⁵” (LARSON, 1988, p. 340).

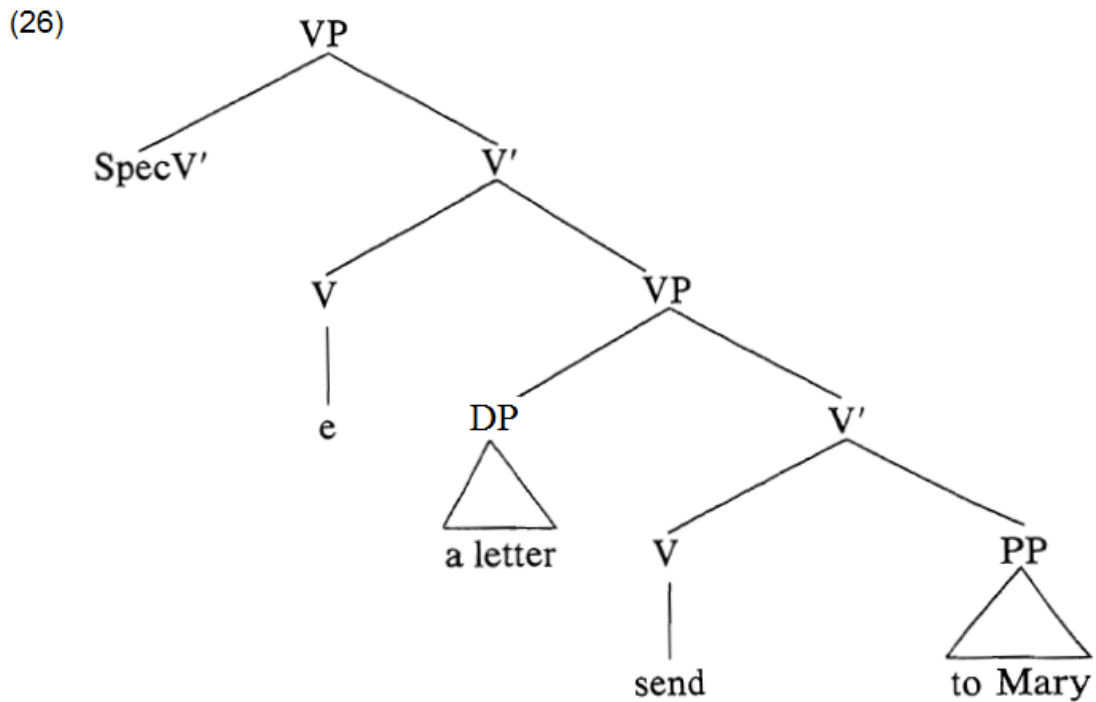
A proposta adotada por Larson é que uma CDP como *John sent a letter to Mary* envolve um VP oracional subjacente cujo sujeito é *a letter* e o objeto é *Mary*. Nessa perspectiva, esse constituinte interno está obscuro na estrutura de superfície por uma operação de suspensão de V.

- (25) a. John [_{VP} a letter [_{V'} send to Mary]].
 b. John send_t [_{VP} a letter [_{V'} t to Mary]].

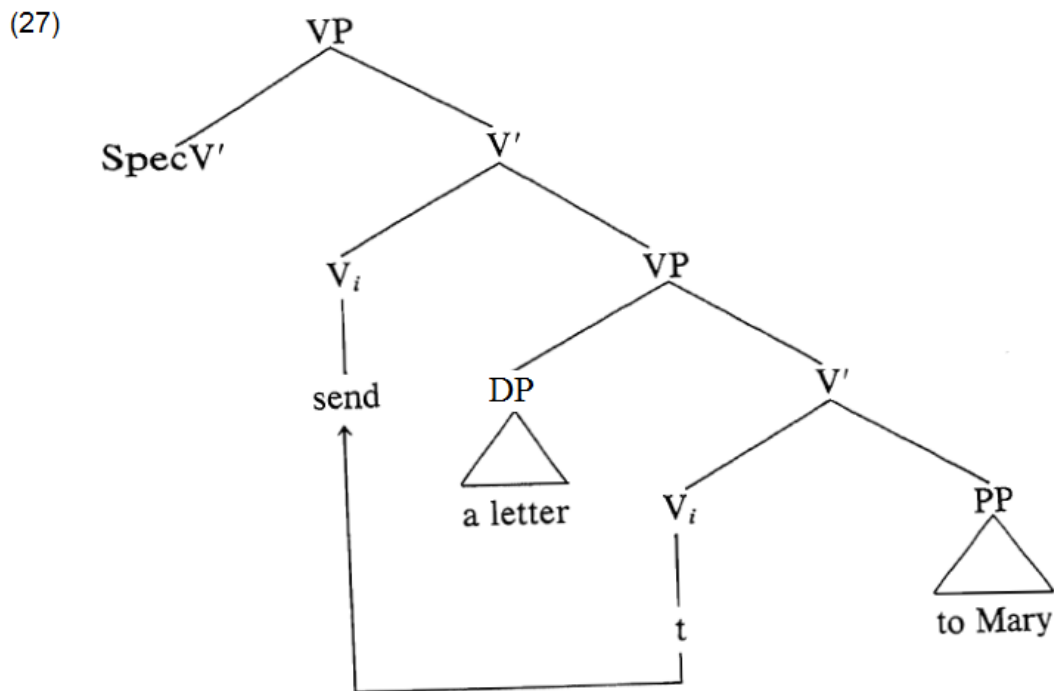
(LARSON, 1988, p. 335).

As estruturas de (25a) e (25b) são ilustradas em (26) e (27) respectivamente.

⁶⁵ “The exact semantic role assigned to the direct object thus depends on the nature of the recipient appearing in the goal phrase” (Tradução nossa).



O sintagma verbal *send a letter to Mary* é uma estrutura de ramificação binária formada por duas conchas de VP. O VP é constituído por um V vazio tomando um complemento VP cujo SPEC é *a letter*, o núcleo é *send* e o único complemento é o PP *to Mary*. Larson analisa essa estrutura como *send* tomando o complemento *to Mary*, formando o complemento *send to Mary* que tem como uma espécie de sujeito interno *a letter*, formando o VP oracional *a letter send to mary*. Como o verbo deve estar à esquerda de *a letter*, ele é suspenso para a posição vazia de V no VP superior formando a estrutura (27).



Para Larson, ao suspender o verbo *send*, este passa a dominar o DP *a letter* e nessa posição passa a lhe atribuir caso.

Apesar de muitos trabalhos não considerarem uma relação semelhante entre estes tipos de construções, Larson (1988) defende que as propriedades estruturais das CODs podem ser explicadas sob uma abordagem derivacional, partindo de CDPs. “Uma abordagem derivacional para a relação do objeto duplo dativo é claramente desejável sob qualquer tese forte sobre a relação entre estrutura e atribuição de papéis temáticos⁶⁶” (p.350).

A análise de Larson envolve um apelo para uma versão da Hipótese da Uniformidade de Atribuição de Papel Temático (*Uniformity of θ -Assignment Hypothesis*) de Baker (1988), segundo a qual idênticas relações temáticas são mapeadas em idênticas funções nas estruturas sintáticas. Uma vez que as relações temáticas atribuídas nas CDPs e nas CODs são as mesmas, ele argumenta que uma estrutura deve ser ‘básica’ em conformidade com UTAH, e a outra deve ser gerada com a ordem hierárquica de superfície derivada através do movimento dos argumentos. Apesar de assumir a construção dativa como forma básica, ele

⁶⁶ “A derivational approach to the dative-double object relation is clearly desirable under any strong theses about the relation between structure and assignment of thematic roles” (Tradução nossa).

considera que se o inverso fosse verdade ainda assim UTAH continuaria sendo satisfeita. Larson cita várias análises que, ao contrário do que ele postula, assumem a derivação de CDPs a partir de uma forma mais básica das CODs, incluindo Bowers (1981); Johns (1984); Dryer (1987) e Aoun & Li (1989).

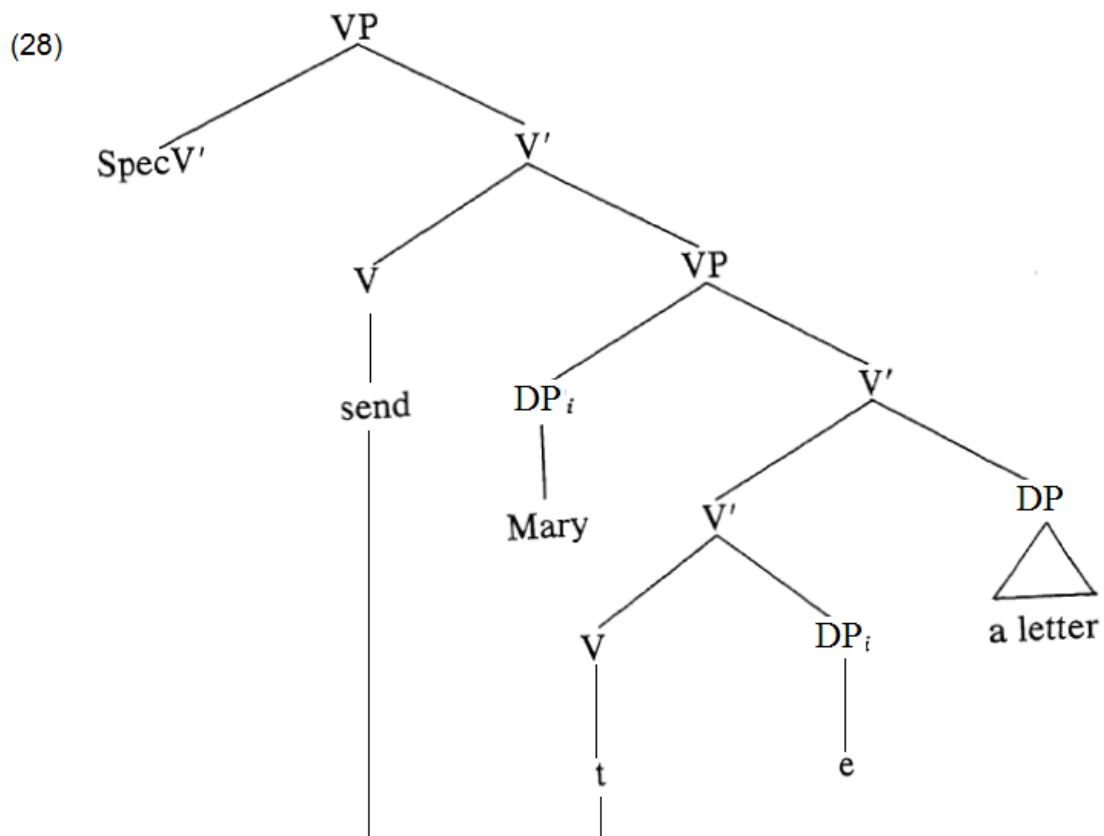
Para sermos mais precisos sobre a versão do UTAH defendida por Larson, a hipótese de Baker (1988) que apoia as colocações de Larson é a seguinte: “Relações temáticas idênticas são representadas por idênticas relações estruturais entre os itens no nível de Estrutura-D⁶⁷” (p. 46).

Considerando a abordagem derivacional, Larson se propõe ao desafio de colocar essa derivação de maneira adequada dentro dos princípios da teoria. Apresentaremos a seguir os argumentos de Larson para inserir as CODs na mesma estrutura representacional sugerida para as CDPs.

Considerando o VP oracional com os DPs ocupando posição de sujeito e objeto, supondo que a preposição *to* assume o papel de marcador de caso e assumindo a possibilidade de uma formação como a da passiva dentro desse VP, Larson apresenta a estrutura (28) para a COD. Posteriormente essa estrutura foi considerada por Chomsky (1995) no Programa Minimalista⁶⁸.

⁶⁷ “Identical thematic relationships are represented by identical structural relations between the items at the level of D-Structure”. (Tradução nossa).

⁶⁸ Verificaremos nas seções 3.2.2 e 3.2.3 deste trabalho que propostas estruturais diferentes foram sugeridas por Pesetsky (1995) e Harley (2002), estudiosos que não assumem uma postura derivacional entre as CDPs e as CODs.



Em (28) é sugerida uma operação semelhante àquelas que produzem a construção passiva. Considerando que essa operação pode absorver o caso de Mary, este DP é obrigado a ser elevado para a posição de SPEC do segundo VP (o qual tem característica da posição de sujeito), *a letter* torna-se um adjunto e o resultado é *send Mary a letter*.

Sobre a hierarquia temática, Larson adota a seguinte:

“AGENT>THEME>GOAL>OBLIQUE⁶⁹” (1988, p. 382)

Isso implica que, se o papel temático do argumento 1 é maior na hierarquia do que o papel temático do argumento 2, o argumento 1 deve c-comandar o argumento 2 em estrutura profunda. No caso em questão, ao examinar as estruturas em (24) e (25), confirmamos que na estrutura profunda, o Tema c-comanda o Alvo em ambos os casos. Isso não implica, por exemplo, que Temas devem ser sempre projetados na mesma posição em estrutura profunda.

⁶⁹ AGENTE>TEMA>ALVO>OBLÍQUO (Tradução nossa).

Em (27) o Tema está no SPEC do VP mais baixo, enquanto que em (28) é um complemento. Larson (1988) defende que as posições sintáticas dos argumentos são consistentes com a hierarquia temática, e é isso que é necessário para satisfazer a UTAH. No entanto, no caso das CODs, o Alvo terá se movido em estrutura superficial para uma posição que c-comanda o tema, o que permite dar conta em nível estrutural da assimetria apontada de Barss & Lasnik (1986)⁷⁰.

A proposta de Larson para o tratamento das CODs tem sido amplamente discutida por outros estudiosos que não assumem uma proposta derivacional. Jackendoff (1990), por exemplo, considera o exemplo (29) como sendo problemático se levarmos em consideração a análise de Larson, o que apresenta um problema para o tratamento derivacional, já que o aparecimento e desaparecimento de preposições específicas em classes específicas de verbo é difícil de tratar em tal abordagem.

- (29) a. Bill blamed Harry for the accident.
b. Bill blamed the accident on Harry.

(JACKENDOFF, 1990, p. 441).

Larson (1990), em resposta a Jackendoff, apresenta uma contraproposta em que afirma que este tipo de alternância não é devido à aplicação da operação semelhante àquelas que produzem a construção passiva, conforme havia proposto (1988). Ao invés disso as duas ordens representam a base para duas estruturas diferentes. De acordo com Larson (1990), para que o argumento de Jackendoff fosse válido, os papéis temáticos suportados por *the accident* e Bill deveriam ser diferentes em (29a) e (29b). Larson aponta para a existência de uma restrição de animidade sobre o OD em (29a) a qual o objeto de *on* não apresenta em (29b). Os exemplos em (30) ilustram este contraste.

- (30) a. Bill blamed his bad luck on the weather.
b. ??John blamed the weather for his bad luck.

(LARSON, 1990, p. 609).

⁷⁰ Ver seção 3.2.1.

De acordo com Larson (1990), uma vez que o OI em (29a) e (30b) devem ser animados, não carregam a mesma relação temática que o objeto de *on* em (29b). Assim, UTAH não força esses argumentos a serem gerados na mesma base hierárquica relativa, e eles nesse sentido têm diferentes representações de estruturas profundas.

3.2.3 Um Elemento Nulo em Construções de Objeto Duplo: Pesetsky (1995)

Pesetsky (1995), em sua análise sobre as CODs, considera que esse tipo estrutura não pode ser derivada das CPDs, como foi defendido por Larson anteriormente. Ao invés disso ele defende que construções como *give sue a book* fornecem evidência de relações de comando para estruturas nulas e se comportam como construções com morfema zero devem se comportar.

Como vimos no primeiro capítulo desse trabalho, de acordo com os princípios teóricos gerativistas, devemos considerar que sem a atribuição de caso não seria possível recuperar o papel temático do DP, por isso, para ser licenciado em uma sentença, um DP tem que ter papel temático e conseqüentemente deve ter caso.

Considerando que a atribuição de caso aos dois DPs por uma única ocorrência de V é impossível, Pesetsky (1995) propõe a existência de um elemento não pronunciado nas CODs que é responsável pela atribuição de caso em um dos dois objetos. Esse elemento não pronunciado seria um morfema derivacional fonologicamente nulo chamado pelo autor de G. Assim, o caso do outro objeto seria marcado por V.

Uma vez que os dois DPs recebem caso de V e de G, se faz necessário determinar de que elemento o objeto recebe qual tipo de caso. Pesetsky assume que o segundo argumento interno de uma COD é um DP introduzido por uma marcação de caso pelo elemento nulo G, assim como o segundo objeto de uma CPD é introduzido por *to*, conforme pode ser ilustrado na sentença (31).

(31) Bill gave Sue [_G a book].

(PESETSKY, 1995, p.125).

Assim como é proposto em outras análises, Pesetsky considera que existe uma exigência de adjacência no caso do objeto, o primeiro objeto tem que ser marcado por V e o segundo objeto deve ser marcado por G. O primeiro objeto se comporta como um DP marcado por V e por isso ele deve estar adjacente a V mesmo quando está passivizado, como podemos ver no exemplo (32).

- (32) a. Bill_i was sent t_i a book.
 b.* A book_j was sent Bill.

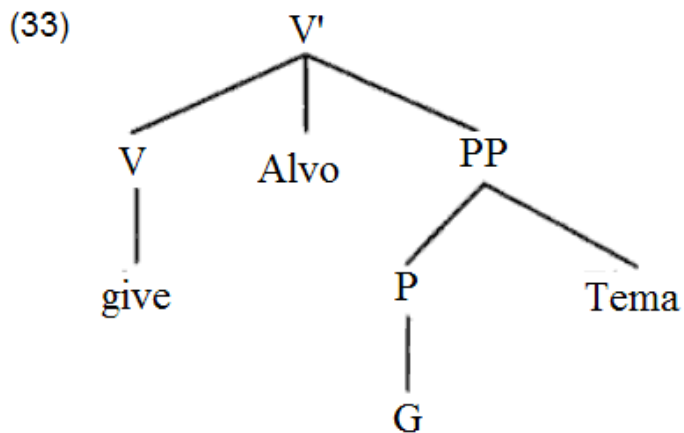
(PESETSKY, 1995, p.124).

Para Pesetsky, a existência de G em (31) também é mantida pelas assimetrias⁷¹ que distinguem o primeiro objeto do segundo em (31). “A presença obrigatória de G em uma estrutura de objeto duplo prevê que, se o objeto na construção pode ligar o outro, será o primeiro que pode ligar o segundo e não o contrário⁷²” (PESETSKY, 1995, p.125). Nessa perspectiva, se a suposição de que a ligação depende de comando e não da ordem linear está correta, então as evidências de Barss & Lasnik (1986) sustentam diretamente a evidência da existência de G.

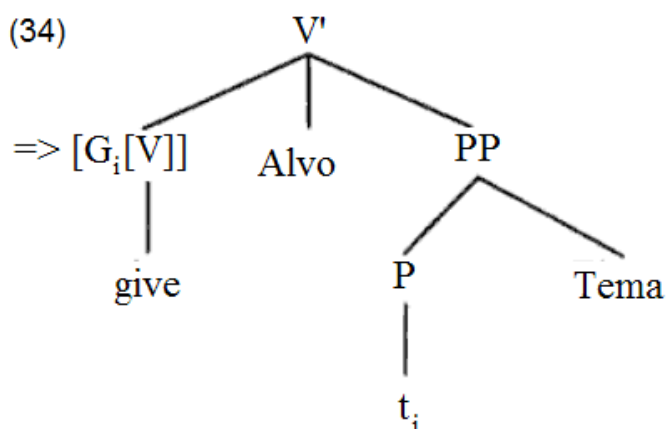
Seguindo a análise de Pesetsky, assim como *to* atribui caso ao Alvo nas CDP, G ocorre como uma preposição que atribui caso ao Tema em CODs, conforme ilustrado na estrutura (33).

⁷¹ A assimetria acima referida é aquela evidenciada por Barss & Lasnik (1986) (Cf. seção 3.2.1. deste trabalho).

⁷² The obligatory presence of G in a double object structure predicts that, if either the object in the construction can bind the other, it will be the first that can bind the second, and not the other way around (Tradução nossa).



Pesetsky defende que G deve sair da sua posição de base e se afixar ao verbo, nesse sentido (33) é apenas uma configuração subjacente transformada em (34) por afixação.



Como exemplo de um tipo de morfologia derivacional sintaticamente produzida, assume-se com Pesetsky que G deve ser erguido e unido ao verbo mais alto. Para Pesetsky, a condição de afixo de G surge como uma consequência de um princípio geral: Morfemas zero são afixos (ABNEY, 1987 apud PESETSKY, 1995, p. 127).

Por outro lado, *to* é apresentado na análise de Pesetsky como um elemento sem característica de afixo, o que é ilustrado pelo autor retomando as observações de Kayne (1984). Os exemplos em (35) ilustram que nominalizações feitas a partir de CDPs são possíveis, enquanto nominalizações relacionadas diretamente a CODs não são.

- (35) a. * Bill's rental of Sue (of) an apartment.⁷³
 b. Bill's rental of an apartment to Sue.

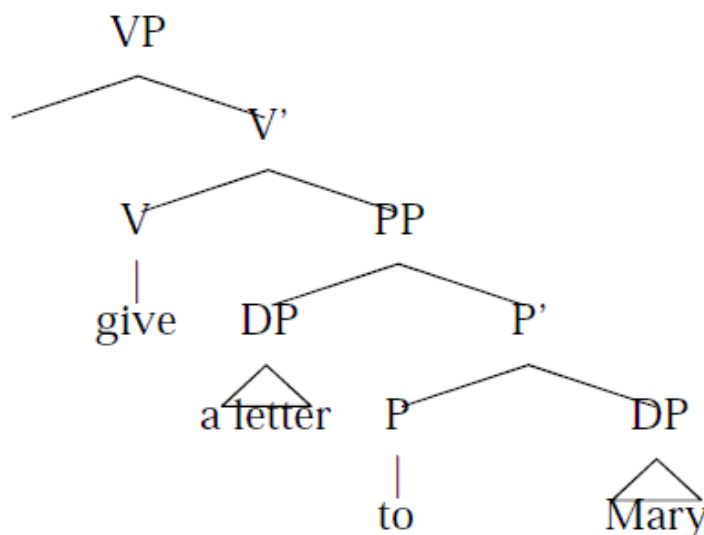
(PESETSKY, 1995, p.127).

Dentro dessa análise, esses exemplos parecem fortalecer o ponto de vista de que uma CPD e uma COD não podem ser tratadas como sendo uma derivada da outra, contrariamente ao que Larson⁷⁴ (1988) propôs. Pesetsky (1995) apresenta uma estrutura específica para cada uma.

Como percebemos, Pesetsky propõe uma mudança para a análise das CODs. Preservando a estrutura hierárquica que permite Larson dar conta das assimetrias sintáticas, ele evita a ideia de que a COD é uma transformação da CPD. Em vez de conchas de VP, como proposto por Larson (1988), na análise de Pesetsky (1995), o complemento de V é um elemento preposicional em ambos os casos.

Na CPD, o PP é liderado por *to* com o Tema em seu especificador e Alvo em seu complemento como pode ser visto em (36).

(36)



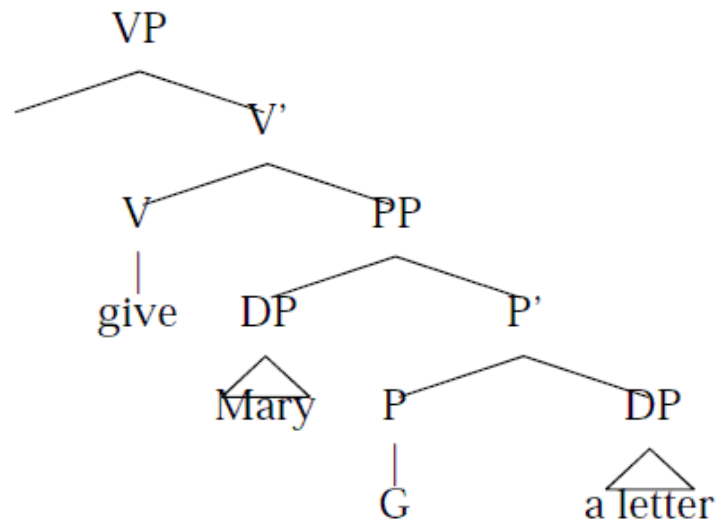
⁷³ O mesmo ocorre no português:

- i. * aluguel de Bill de Sue (de) um apartamento.
- ii. Aluguel de um apartamento de Bill para Sue.

⁷⁴ Cf. seção 3.2.2 deste trabalho.

Na COD, o PP é liderado por uma preposição nula, G, que leva o Tema em seu complemento e o Alvo em seu especificador, conforme (37). Esta preposição nula deve ser erguida e se afixar ao V, como ilustrado anteriormente em (34).

(37)



As duas estruturas envolvem a seleção de complementos preposicionais diferentes, assim uma não é a transformação da outra. Pesetsky conserva os efeitos de c-comando da estrutura hierárquica proposta por Larson sem propor que uma das duas estruturas é derivada da outra. Em sua análise, o verbo seleciona indiretamente o objeto, quer da preposição *to*, ou da preposição *G*, e seleciona diretamente o DP no especificador da preposição. A seleção indireta é realizada pela seleção de um PP, cujo núcleo P seleciona o papel temático apropriado. Isto é, porque *to* seleciona Alvo, a seleção de um PP encabeçado por *to* satisfaz a necessidade de o próprio verbo selecionar um Alvo. O mesmo processo também se aplica quando o verbo seleciona um PP encabeçado por *G*, que seleciona um papel temático.

3.2.4 A Posse e as Construções de Objeto Duplo: Harley (2002)

Harley (2002) evidencia a distinção entre as CODs e CDPs a partir de uma análise semântica lexical interna do inglês. A fim de captar essas diferenças, substitui o núcleo da concha VP mais baixa proposta por Larson por P_{LOC} (nas

CDPs) e por P_{HAVE} (nas CODs), de maneira parecida com a proposta por Pesetsky (1995).

Em sua análise, seguindo uma proposta não derivacional, ela inicia levantando algumas questões sobre a proposta de Larson (1988). Harley destaca alguns contrastes que põem em dúvida uma análise que implique a mesma relação temática em CDPs e CODs. Veremos alguns desses contrastes citados por Harley.

- (38) a. The editor sent the article to Sue.
 b. The editor sent the article to Philadelphia.
 c. The editor sent Sue the article.
 d. ?? The editor sent Philadelphia the article.

(HARLEY, 2002, p.35).

A única leitura gramatical que está disponível em (38d) é aquela em que *Philadelphia* representa uma organização ou grupo de pessoas em um sentido em que *Filadélfia* é animado. Harley ressalta que esta distinção tem sido amplamente atribuída a um critério semântico que se aplica a uma COD, mas não à estrutura dativa de dupla complementação. Assim, o referente do primeiro objeto de uma COD deve ser o possuidor em potencial do referente do segundo objeto, pois possuidores devem ser animados.

Percebemos que a argumentação de Harley (2002), para uma postura não derivacional, segue a mesma linha de Pinker (1989), Goldberg (1992) e Krifka (1999), apresentada na seção 3.1.1 deste trabalho. Para Harley, apenas referentes animados podem ocorrer na posição de DP em primeiro lugar na COD. Em CDPs o objeto de *to* é tematicamente um local, não necessariamente um possuidor, e uma gama correspondentemente mais ampla de argumentos podem aparecer nesta posição.

Segundo Harley (2002), a condição de possuidor na COD explica uma ampla gama de contrastes. Em sua análise, a autora considera que em (39a), citando Oehrle (1976), há uma implicação muito mais forte que os alunos realmente aprenderam um pouco de francês.

- (39) a. John taught the students French
b. John taught French to the students

(HARLEY, 2002, p. 35).

Para Harley, se na COD, os *alunos* recebem um papel de possuidor, enquanto que na CDP eles recebem apenas um papel de localização, este contraste faz sentido. Da mesma forma, Harley (2002) aponta um contraste notado por Kayne (1975), como ilustrado em (40).

- (40) a. I knitted this sweater for our baby.
b. I knitted our baby this sweater.

(HARLEY, 2002, p. 36).

Kayne observou que em (40a) o falante feminino pode não ter uma criança, mas simplesmente estar grávida ou planejando ficar, mas que em (40b) há uma forte implicação de que o bebê existe. Na análise de Harley, se o *bebê* tem um papel de possuidor em (40b) em virtude de aparecer na COD, deve ser animado (ou seja, vivo) e, portanto, existe.

A partir dos argumentos relacionados aos exemplos (39) e (40), Harley (2002) ressalta que o complemento pós-verbal da COD e o objeto de *to* na CDP não têm as mesmas relações temáticas e, portanto, que a primeira não é derivada da segunda. Harley cita exemplos que são possíveis na COD, mas não são na CDP:

- (41) a. The war years gave Mailer a book.
b. *The war years gave a book to Mailer.

(HARLEY, 2002, p.39).

Em sua abordagem, Harley diz que em vez de uma preposição nula *G*, como sugerido por Pesetsky (1995), o que temos é de fato P_{HAVE} , elemento que contribui com uma relação de posse para a semântica, por isso é de se esperar que exemplos de não alternância como em (41) não envolvam casos em que posse é componente necessário da relação entre o Alvo e o Tema. Em (42a) a ideia é de que Maria

simplesmente engravidou de John, enquanto (42b) parece implicar que há um filho existente que foi fisicamente transferido.

- (42) a. John gave Mary a child.
b. John gave a child to Mary.

(HARLEY, 2002, p.40).

Nessa análise, os contrastes em (41) e (42) podem ser explicados como casos em que o Tema *não pode* se mover por um trajeto.

Outro argumento utilizado por Harley (2002), para fundamentar uma proposta não derivacional, constitui no que ela chama de testes clássicos de movimento em expressões idiomáticas. De acordo com Harley, se a COD fosse derivada, através de uma operação como se fosse passiva, da CDP, como sugere Larson (1988), poderíamos esperar pelo menos que algumas expressões idiomáticas em CDP pudessem livremente ser colocadas em CODs, mantendo a sua interpretação idiomática.

- (43) a. *Lasorda sent the showers his starting pitcher.
b. *Mary took task Felix.
c. *Felix threw the wolves Oscar.
d. *Max carries extremes things

(HARLEY, 2002, p. 37).

Harley diz que mesmo quando o objeto de *to* na expressão idiomática dativa é animado, podendo potencialmente satisfazer o papel possuidor, não pode mudar:

- (44) a. I sent the salesman to the devil.
b. *I sent the devil the salesman.

(HARLEY, 2002, p. 37).

A partir dessas evidências, Harley conclui que, diante das falhas em um teste básico de movimento, os fenômenos em questão não podem ser considerados movimento. Tomados em conjunto, a relação de possuidor que aparentemente está

presente na COD, mas não na CDP, e os testes com as expressões idiomáticas, a autora indica que uma abordagem derivacional motivada por UTAH é insustentável.

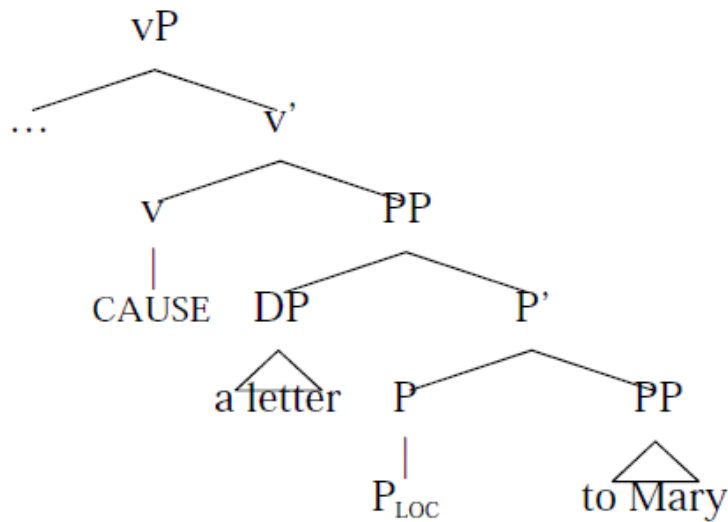
Harley (2002) propõe uma versão modificada da abordagem de Pesetsky para as estruturas com verbos bitransitivos, identificando a preposição G, anteriormente proposta por Pesetsky (1995), como uma preposição que possui uma codificação de posse. A autora admite que essa não é uma ideia nova, pois algumas análises anteriores, como Freeze (1992), Kayne (1993), Guron (1995) e Benveniste (1966), já haviam identificado essa noção de posse.

Em uma perspectiva morfossintática, Harley defende que o verbo *ter* é composto do verbo *ser* mais um elemento preposicional (P_{HAVE}), essa formação ocorre em algumas línguas e em outras não, pois nem todas as línguas possuem esse elemento. Nessa análise, *to* não é o núcleo do complemento preposicional de V na CDP, conforme a proposta de Pesetsky. Em vez disso, uma preposição abstrata correspondente ao locativo (P_{LOC}) ocupa essa posição. O núcleo do V superior, associado no programa minimalista (CHOMSKY, 1995) com a projeção do argumento agente externo, é identificado como um predicado significando "causa".

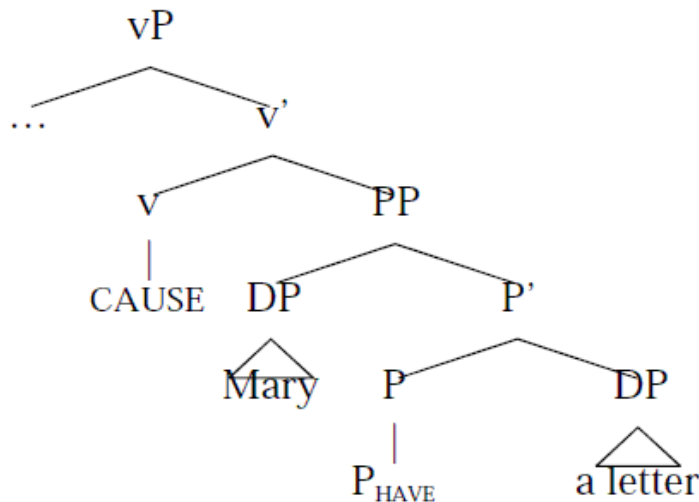
Para Harley, a estrutura hierárquica, a restrição de posse na COD e uma generalização linguística correlacionando a disponibilidade de P_{HAVE} em uma língua com a disponibilidade de uma COD podem ser explicadas de maneira simples a partir da repartição semântica lexical de construções dessa natureza na sintaxe. As estruturas finais propostas nessa análise para CDPs e para CODs são as apresentadas em (45).

(45)

a. Estrutura dativa de dupla complementação (CDP).



b. Estrutura de objetos duplos (COD).



A análise de Harley adota a ideia central de Pesetsky de que as distinções semânticas observadas entre as duas estruturas são causadas por diferenças nas contribuições semânticas feitas pelos dois núcleos diferentes do sintagma preposicional nas duas estruturas. No entanto, ela assume que cada núcleo faz a sua própria contribuição semântica específica para a interpretação final.

Sugere-se que no uso de COD, o complemento de VP é um PP encabeçado por um elemento abstrato que denota TER (P_{HAVE}), enquanto que no uso da CDP, o complemento do VP é dirigido por um elemento abstrato que denota uma relação de LOCAL (P_{LOC}).

As diferenças de interpretação que são presentes nas duas construções não podem ser apenas responsabilizadas pela semântica de *to*. P_{LOC} e *to* são elementos distintos. O G^{75} , de Pesetsky (1995), é P_{HAVE} e o argumento que ocorre no seu especificador é um possuidor.

A partir dessa proposta, de acordo com Harley (2002), não há mais a necessidade de relacionar regras para as estruturas semânticas lexicais para dar conta da hipótese derivacional, mas surge a necessidade de explicar a forma final do verbo a partir da combinação de predicados morfossintáticos primitivos nele depositados. A solução para este problema, de acordo com a autora, está na adoção de uma arquitetura não lexicalista, a sugestão é que um quadro como o da Morfologia Distribuída (Halle; Marantz, 1993; Halle; Marantz, 1994) faz a divisão correta entre o conhecimento não linguístico e o linguístico que permite a solução para a proposta.

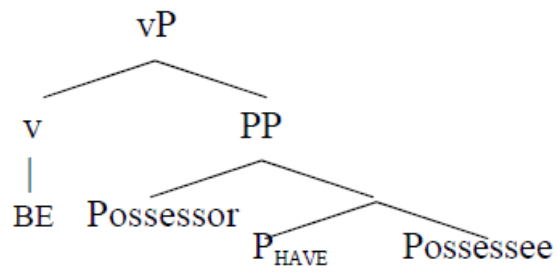
Benveniste (1966, apud HARLEY, 2002, p. 46) notou que muitas línguas representam o possessivo como *SER* mais algumas preposições espaciais ou locativas. Harley (2002, p. 46) afirma também que outros como Guéron (1995), Freeze (1992) e Kayne (1993) propuseram codificar esta decomposição como parte da GU. Esses autores defendem que, essencialmente, todas as línguas representam *TER* como *SER* + Prep, mas algumas línguas com o *TER* verbal incorporam o P dentro do *SER* para produzir *HAVE*.

Esses autores fazem uma distinção tipológica entre as línguas de duas formas: as línguas que expressam posse com o *TER* verbal, combinando a preposição com a cópula, e aquelas que expressam posse sem tal combinação, produzindo a preposição e a cópula separadamente. Harley propõe que essa tipologia é inadequada, e que existe um terceiro tipo de língua que não possui a preposição necessária para expressar a relação de *TER*, isto é, falta-lhes P_{HAVE} . Essas línguas representam posse com o que é essencialmente uma estrutura locativa, usando P_{LOC} ao invés de P_{HAVE} . Nesse sentido tais línguas não apresentarão COD, em que a Alvo c-comanda o Tema.

As estruturas sugeridas por Harley para possessivo e para as estruturas locativas, juntamente com as correspondentes de COD e CDP, estão transcritas em (46).

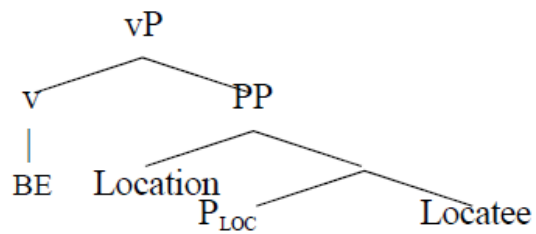
⁷⁵ Harley considera que G não explica a relação de posse em CODs e afirma que a abordagem de Pesetsky é de certa forma curta a esse respeito.

(46) a. Possession (in English)

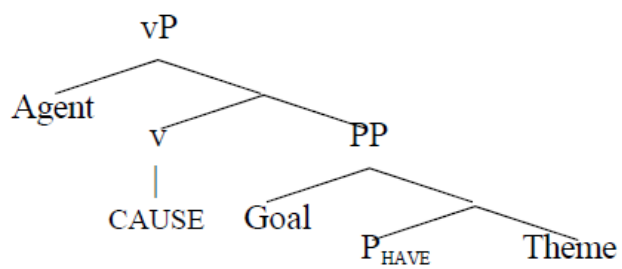


‘Mary has a book.’

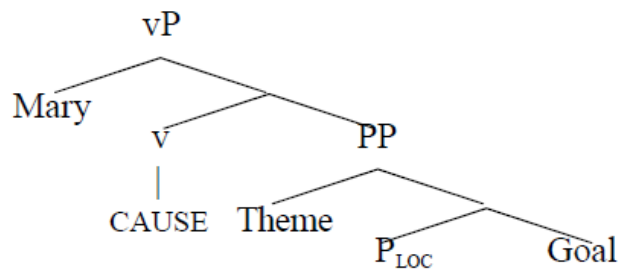
b. Location



‘Mary is in the garden.’

c. Double object *give*

‘Mary gave John a book.’

d. Double complement *give*

‘Mary gave a book to John’.

A característica estrutural essencial usada nesta análise para testar se uma língua tem ou não o P_{HAVE} é que se uma língua tem P_{HAVE} , o possuidor no especificador c-comanda o possuído no complemento. Se P_{HAVE} não está presente em uma determinada língua, ele usará P_{LOC} para expressar posse, e o possuidor sempre c-comanda o possuído. Nessa perspectiva se o possuidor c-comanda o possuído em construções de posse, ela também pode fazê-lo em COD com verbos como *dar*.

Dessa forma, línguas que não apresentam P_{HAVE} não apresentarão também COD. Ou seja, elas nunca devem gerar uma estrutura em que o possuidor ou Alvo c-comanda o Tema.

3.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS CONSTRUÇÕES DE OBJETO DUPLO:

Conforme vimos no capítulo 01 deste trabalho, de acordo com Chomsky (1995), a descrição correta da gramática ocorre quando a descrição dos fatos de uma língua gera descrições estruturais (DEs) apropriadas. Nesse sentido desenvolvemos este capítulo buscando conciliar uma adequação descritiva das CODs em língua inglesa em razão de uma adequação explicativa. Para isso, após a descrição das CODs em inglês, na seção 3.1, buscamos na seção 3.2 uma adequação explicativa no que diz respeito às DEs adequadas para explicar esse fenômeno, assim recorremos às propostas de DEs a partir de Larson (1988), Pesetsky (1995) e Harley (2002).

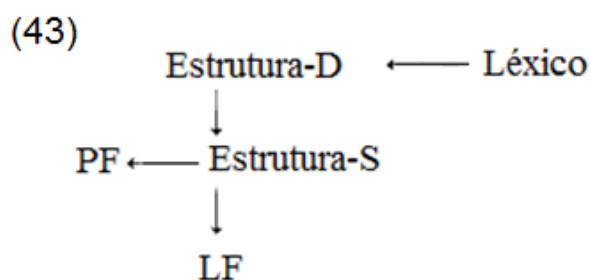
Ao descrever as CODs em língua inglesa, percebemos que existem duas linhas predominantes entre os linguistas sobre esse fenômeno. Uma diz respeito à

postura derivacional, na qual se enquadra Larson (1989), que diz que as CODs e as CDPs apresentam a mesma DS e que as CODs são derivadas das CDPs. A outra linha diz respeito a uma postura não derivacional que assume que CODs e CDPs são estruturas distintas.

Chomsky (1995) acolheu em sua teoria a explicação de Larson para as CODs, porém, diante dos argumentos apresentados neste capítulo, parece-nos razoável assumir uma postura não derivacional para as CODs em inglês. Assumir uma postura não derivacional para as CODs, no entanto, se configura em uma postura intrigante no que diz respeito à essência da teoria gerativista, em particular a teoria dos Princípios e Parâmetros.

Vimos no capítulo 1 deste trabalho que a derivação das sentenças começa com o acesso ao léxico mental e que as discussões sobre sintaxe, na perspectiva gerativista, restringem-se em grande parte na derivação que vai do nível Estrutura-D até LF, onde a Estrutura-D é a representação sintática das propriedades lexicais dos itens de uma determinada estrutura e funciona como interface entre a derivação sintática e o léxico.

O léxico é o conjunto de palavras de uma determinada língua e é composto de informações semânticas e categoriais que possibilita a gramática organizá-lo em sentenças. Nesse sentido, a teoria gerativa segue o modelo abaixo, apresentado anteriormente no exemplo (1) do capítulo 1 e repetido aqui como (43).



Conforme Chomsky (1995), a preocupação dos estudos gerativistas concerne à derivação que vai do nível de Estrutura-D até LF, uma vez que o léxico já vem pronto, pois a derivação de palavras e a derivação de objetos sintáticos ocorrem em diferentes módulos da gramática. No que diz respeito a nossa discussão sobre as CODs, se assumíssemos uma postura derivacional, as DEs propostas por Larson

(1988) não apresentariam problema nenhum para (43). No entanto, não temos notícia de nenhuma proposta de DEs para as CODs que atendam ao modelo em (43) numa perspectiva não derivacional.

Na verdade, as propostas de DEs de Pesetsky (1995) e de Harley (2002) seguem uma linha menos tradicional do gerativismo, que assume, dentro de uma perspectiva não lexicalista de átomos sintáticos, que as palavras surgem a partir de regras da sintaxe. Essa perspectiva está respaldada na teoria da Morfologia Distribuída (MD) (HALLE; MARANTZ, 1993; HALLE; MARANTZ, 1994; HARLEY; NOYER, 1999), que propõe uma arquitetura de gramática em que um único sistema gerativo é responsável tanto pela estrutura da palavra quanto pela estrutura de uma sentença.

A proposta utilizada por Pesetsky (1995) e Harley (2002), dentro da MD, está enquadrada em uma abordagem de Inclusão Tardia (*Late Insertion*) para a realização fonológica. Nessa perspectiva, as categorias sintáticas são puramente abstratas, sem conteúdo fonológico, tornando-se expressões fonológicas apenas pós-sintaticamente, durante o mapeamento da PF. Dessa forma, explica-se o morfema nulo G, em Pesetsky (1995), e de Ploc e Phave, em Harley (2002).

Se por um lado não aceitássemos a proposta derivacional de Larson (1988), não encontraríamos uma DE que explicasse as CODs de maneira adequada dentro de uma perspectiva não derivacional sem trair os princípios de economia da teoria de Princípios e Parâmetros, que considera que a derivação de palavras e a derivação de objetos sintáticos ocorrem em diferentes módulos da gramática. Porém, se por outro lado, em vez disso, se aceitássemos as propostas por Pesetsky (1995) ou por Harley (2002), teríamos que assumir uma postura não derivacional, mas que se apropriam de um advento da teoria da MD que não condiz com a essência da teoria gerativa.

Não apresentamos, portanto, no nível deste trabalho, uma DE que explique as CODs no inglês nem no português e apontamos para a necessidade de estudos que possam desvendar esse tipo de estrutura no sentido de se atingir uma adequação explicativa numa perspectiva não derivacional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos duas formas de realização para construções em que o verbo seleciona dois argumentos internos. De um lado temos o que chamamos de CDPs e de outro lado as CODs. Mostramos que, apesar de a alternância entre CDPs e CODs ser reconhecida entre alguns linguistas como uma característica de línguas germânicas, alguns estudos têm mostrado que as CODs também ocorrem em línguas africanas⁷⁶ de base lexical portuguesa e no PB.

Diante disso, esse trabalho se propôs a estabelecer um paralelo entre o que ocorre com este fenômeno no PB e na língua inglesa a partir de um estudo de sintaxe comparativa, respaldado na Teoria Gerativa. Nesse sentido, o nosso estudo comparativo dessas estruturas vem para contribuir e ampliar uma discussão até então pouco abordada sobre o PB, no sentido de encontrar um caminho para a definição de princípios e parâmetros que definam a ocorrência das CODs nessas línguas.

Iniciamos nosso estudo a partir de uma descrição sobre a Teoria Gerativa e definição do seu objeto de estudo. Dentro do quadro da Teoria dos Princípios e Parâmetros, que tem natureza modular, vimos que a derivação das sentenças começa com o acesso ao léxico mental, que já vem pronto para a sintaxe. Assim o acesso ao léxico de uma determinada língua significa o acesso às informações detalhadas sobre a representação da forma fonológica de cada item, a especificação de sua categoria sintática e as características semânticas. Portanto, nessa perspectiva, a estrutura argumental de um núcleo é determinada por essas propriedades, indicando quantos argumentos são licenciados por ele e quais funções semânticas cada um desses argumentos recebe e que funções sintáticas devem exercer.

Apresentamos o funcionamento dos módulos da gramática chamados Teoria Temática e Teoria do Caso, que nos possibilitaram, ainda no primeiro capítulo, uma problematização adequada sobre as CODs na perspectiva da Teoria dos Princípios e Parâmetros. Assim, um dos desafios dos estudos sobre esse fenômeno é estabelecer uma descrição estrutural adequada que dê conta de sentenças que apresentam um verbo atribuindo dois papéis θ para cada um de seus argumentos

⁷⁶ Ver introdução.

internos enquanto aparentemente apresentam apenas o verbo como atribuidor de Caso, uma vez que nas CODs não temos uma preposição para atribuir Caso.

No segundo momento do nosso trabalho, apresentamos uma descrição sobre construções bitransitivas no português. Vimos que, assim como no inglês, as CODs no português ocorrem apenas quando um dos argumentos internos do verbo é um complemento dativo. Embora o estudo de Scher (1996) não estabeleça limites para as CODs, percebemos, a partir da contribuição de Lucchesi e Melo (2009), que é possível uma delimitação do fenômeno. Concluímos que o tipo de verbo é um fator relevante para as CODs no PB, sendo os verbos de transferência material e os verbos de transferência verbal ou perceptual determinantes para esse tipo de fenômeno.

Admitimos algumas diferenças entre as CODs no português e no inglês, como o fato de o complemento dativo não poder ser realizado como sujeito em uma construção passiva⁷⁷. No entanto, consideramos que existem evidências que não nos permitem simplesmente concluir que essas estruturas representam fenômenos totalmente distintos nas duas línguas. No terceiro capítulo apresentamos discussões sobre as CODs em inglês e percebemos que o tipo de verbo também é um fator relevante para esse tipo de fenômeno nessa língua.

Verbos que podem ter a interpretação semântica de transferência de posse em inglês possibilitam as CODs. Nessa definição de transferência de posse incluem-se os verbos de transferência de posse de informação, o que em nossa descrição do PB chamamos de transferência verbal.

Ainda no terceiro capítulo, após a descrição das CODs em língua inglesa, apresentamos as propostas de descrições estruturais a partir de Larson (1988), Pesetsky (1995) e Harley (2002). Verificamos que não há um consenso sobre a natureza desse fenômeno em língua inglesa. Enquanto uma linha de estudos

⁷⁷ Coleman (2002, p. 13) chama a atenção para o holandês, que é uma língua em que ocorrem CODs, mas que na passiva não permite que o argumento alvo de transferência de posse seja realizado na posição de sujeito, como pode ser verificado em (ii) abaixo.

- i. De man gaf de vrouw twee boeken.
O homem deu a mulher dois livros.
- ii. * De vrouw werd twee boeken gegeven (door de man).
A mulher foi dada dois livros (pelo homem)
- iii. Twee boeken werden de vrouw gegeven (door de man).
Dois livros foram dados a mulher (pelo homem)

assume uma postura derivacional (LARSON, 1988; CHOMSKY, 1995), para a qual as CODs e as CDPs apresentam a mesma DS, sendo as CODs derivadas das CDPs, outra linha assume a postura não derivacional em que as CODs e as CDPs são estruturas distintas (PESETSKY, 1995; HARLEY, 2002).

Assumimos que uma postura não derivacional parece adequada, no entanto, não encontramos uma descrição estrutural que explique as CODs dentro de uma postura derivacional que não vá de encontro com os princípios de economia da teoria de Princípios e Parâmetros. As propostas de Pesetsky (1995) e de Harley (2002), baseadas na propriedade da Inserção Tardia, consideram que o léxico surge a partir de regras da sintaxe, o que se enquadra dentro do quadro teórico da Morfologia Distribuída. Não apresentamos ainda uma sugestão estrutural para as CODs, pois consideramos que ainda há o que se discutir sobre esse tipo de estrutura no sentido de se atingir uma adequação explicativa.

Uma diferença apresentada entre as estruturas do PB e do inglês em relação às CODs é o fato de em PB ser possível a estrutura VP PP DP, o que não ocorre no inglês. Apoiada nessa evidência, verificamos a proposta de Scher (1996), que afirma que em PB o PP está deslocado nessa estrutura como resultado de tópico e que a estrutura VP DP DP não existe no português, pois a não ocorrência da preposição ocorre por fatores morfofonológicos. Essa explicação resolveria o problema da descrição estrutural do fenômeno em português, mas a autora parece ignorar o fato de que a ordem VP PP DP, de acordo com Arnold (1995), foi muito produtiva no inglês arcaico, antes de 1.500⁷⁸. Nesse período, uma sentença como *He gave to Mary flowers* ocorria concomitantemente a sentenças como *He gave Mary flowers*. Isso é o que ocorre atualmente no português, portanto existe a possibilidade de o PB estar apresentando uma forma de COD que, em inglês, já foi mais produtiva.

As discussões sobre as CODs no português brasileiro são muito escassas, por isso consideramos que, para descartar a possibilidade de COD nessa língua, seria necessário um programa de estudos mais abrangente no sentido de caracterizar e conhecer melhor o fenômeno. Nesse sentido, consideramos que o trabalho de Lucchesi & Mello (2009) contribui para essa discussão. Em nosso trabalho não descartamos as CODs em PB, pois as evidências apresentadas mostram que o fenômeno no inglês tem muito em comum com o fenômeno no

⁷⁸ Embora a autora apresente esse fato em nota de rodapé, ela não estabelece nenhuma reflexão que relacione essa ordem com o português.

português. Por outro lado, não somos categóricos em nossas colocações, pois os estudos sobre as CODs em PB são ainda muito insipientes, necessitando de maior ampliação.

As evidências de CODs em línguas africanas de base lexical portuguesa nos mostram uma possibilidade para ampliação dessa discussão. Um estudo comparativo entre as estruturas dessas línguas com as estruturas do português pode ser reveladora no que diz respeito à explicação do surgimento desse fenômeno no PB⁷⁹. Isso, porém, ultrapassa os limites de nosso trabalho.

⁷⁹ Essa possibilidade de ganha relevância se considerarmos o fato de que as CODs constitui um fenômeno produtivo em comunidades afrodescendentes da Bahia.

REFERÊNCIAS

ARNOLD, M. D. Case, periphrastic **do** and the loss of verb movement in English. Doctoral Dissertation. The University of Maryland, 1995.

BAKER, Mark. Incorporation: a theory of grammatical function changing. Chicago: University of Chicago Press, 1988.

BAPTISTA, Marlyse. The Syntax of Cape Verdean Creole: The Sotavento Varieties, *Linguistics Today* 54, Amsterdam: J. Benjamins Publ, 2002.

BARSS, Andrew; LASNIK, Howard. A note on anaphora and double objects. *Linguistic Inquiry* 17, 1986. p. 347 - 354.

BERLINCK, Rosane. The Portuguese dative. In: Belle, W & Langendonk, W. (org.) *The dative: descriptive studies*, vol.1 Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins, 1996. p.119 – 151.

CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CHOMSKY, Noam. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht, Foris, 1981.

CHOMSKY, N. *Knowledge of language: its nature, origin and use*. London: Praeger Publishers, 1986.

CHOMSKY, Noam. Linguística gerativa: Desenvolvimento e Perspectivas uma Entrevista com Noam Chomsky. *DELTA*, São Paulo, v. 13, n. especial, 1997. p. 199 – 235. Entrevista concedida na UFAL e conduzida por Mike Dillinger e Adair Palácio.

CHOMSKY, Noam. *O Programa Minimalista*. Tradução de Eduardo Paiva Raposo. Lisboa: Caminho, 1999 (Título original: *The Minimalist Program*. Cambridge, MA: MIT Press, 1995).

CHOMSKY, Noam; LASNIK. 1993. The theory of principles and parameters. In J. Jacobs et al. (eds.) *Syntax: An International Handbook of Contemporary Research*, Vol. 1. Walter de Gruyter, p. 506-569. (Reprinted in N. Chomsky, *The Minimalist Program*. MIT Press, 1995)

COLLEMAN, Timothy. The Ditransitive Constructions of Dutch. In: *CONFERENCE ON DITRANSITIVE CONSTRUCTION*, 2007. Leipzig – Germany. Abstracts. Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology, 2007. p.13 – 14.

CUNHA, Celso Ferreira da; CINTRA, Luís Filipe Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 3. Ed Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DUARTE, Inês. Relações gramaticais, esquemas relacionais e ordem de palavras. In: MIRA MATEUS, Maria Helena et al. Gramática da Língua Portuguesa. 5. ed. Lisboa: Caminho, 2003. p. 275-322.

GOLDBERG, Adele E. The inherent semantics of argument structure: The case of the English ditransitive construction. *Cognitive Linguistics* 3, 1992. p. 37–74.

HALLE, M.; MARANTZ, A. Distributed Morphology and the Pieces of Inflection. In: HALE, K.; KEYSER, S. J. (Eds.). *The View from Building 20: Essays in Linguistics in Honor of Sylvain Bromberger*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1993. p. 111 –176.

HALLE, M.; MARANTZ, A. Some key features of Distributed Morphology. In: CARNIE A.; HARLEY, H.; BURES, T. (Eds.) *Papers on Phonology and Morphology*. Cambridge, MA: MIT Working Papers in Linguistics, 1994. p. 275–288.

HARLEY, Heidi. Possession and the Double Object Construction. *Linguistic Variation Yearbook* 2. John Benjamins Publishing Company, 2002 p. 29-68.

HARLEY, H.; R. NOYER. State-of-the-Article: Distributed Morphology. *Glott International* 4.4, 1999. p 3-9.

HORNSTEIN, Norbert. *Move! A Minimalist Theory of Construal*. Malden/Oxford: Blackwell, 2001.

Miotto, C. et all. *Novo Manual de Sintaxe*. Florianópolis: Editora Insular, 2007.

JACKENDOFF, Ray. On Larson's treatment of the double object construction. *Linguistic Inquiry* 21(3), 1990. p. 427–456.

KATO, Mary Aizawa. Teoria Sintática: De Uma Perspectiva De "-Ismos" Para Uma Perspectiva De "Programas". *DELTA*, São Paulo, v. 13, n. 2, Ago. 1997. p. 275 – 289.

KAYNE, R. Unambiguous Paths, in R. May and J. Koster, eds., *Levels of Syntactic Representation*, Foris, Dordrecht, 1981.

KAYNE, R. *Connectedness and Binary Branching*. Foris, Dordrecht, 1984.

KRIFKA, Manfred. Manner in dative alternation. *WCCFL* 18, 260 – 271. Somerville, MA: Cascadilha Press, 1999.

LARSON, R. On The Double Object Construction. *Linguistic Inquiry*, 21, 1988. p. 589-632.

LARSON, Richard K. Double objects revisited: reply to Jackendoff. *Linguistic Inquiry* 21(4), 1990. p. 589-632.

LUCCHESI, D. As duas grandes vertentes da história sociolingüística do Brasil. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, n. 17, v. 1, 2001. p. 97-130.

LUCCHESI, Dante; MELLO, C. Alternância dativa. (2009). In: Baxter, Alan; Lucchesi, Dante; Ribeiro, Ilza; (Org.). O Português Afro-brasileiro. 1a ed. Salvador: EDUFBA

MARANTZ, A. On the Nature of Grammatical Relations, MIT Press, Cambridge, Massachusetts, 1984.

NASCIMENTO, André Marques do. Variação e mudança na expressão do dativo em comunidades rurais goianas e suas relações com as origens do português brasileiro. Domínios de Linguagem, Uberlândia, n. 2, v. 1, 2009. P. 36 – 74.

MICHAELIS, Susanne; Haspelmath, Martin. “Ditransitive constructions: Creole languages in a cross-linguistic perspective”. Creolica, 2003.
<<http://www.creolica.net/michaelis.pdf>>.

OEHRLE, Richard T. The Grammatical Status of the English Dative Alternation. Ph.D., Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, 1976.

PESETSKY, David. Zero Syntax: Experiencers and Cascades. Cambridge, MA: The MIT Press, 1995.

PINKER, S. Learnability and cognition. The acquisition of argument structure. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1989.

RAPOSO, Eduardo Paiva. Da Teoria dos Princípios e Parâmetros ao Programa Minimalista: algumas idéias-chave. In: CHOMSKY, Noam. O Programa Minimalista. Tradução de Eduardo Paiva Raposo. Lisboa: Caminho, 1999. p.15-37.

RAPOSO, E. Teoria da gramática: a faculdade da linguagem. Lisboa: Caminho, 1992.

RAPPAPORT HOVAV, Malka; LEVIN, Beth. The English dative alternation: The case for verb sensitivity. Journal of Linguistics 44, 2008. p. 129–167.

RIZZI, L. A. Nova Sintaxe Comparativa: princípios e parâmetros da Gramática Universal. (Tradução de Denilda Moura) In: 10th ADVANCED COURSE “LANGUAGE AND COGNITION”. Foundation Archives Jean Piaget, Geneva, October 10, 1988. p. 1-11.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. Gramática normativa da língua portuguesa. 43 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

SCHER, A. P. As Construções Com Dois Complementos no Inglês e no Português do Brasil: um estudo sintático comparativo. 1996. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, Campinas.

SILVA, C. R. T. A. Natureza de AGR e Suas Implicações Na Ordem VS: um estudo comparativo entre o português brasileiro e o português europeu. 2004. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Alagoas, Maceió.

SKINNER, B. F. Verbal Behavior. New York, Appleton-Century-Crofts, 1957.